

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

VINICIUS DE SOUZA TOLENTINO

**A TÉCNICA DA DESCRIÇÃO EM CATÁLOGOS E BIBLIOGRAFIAS:
CONTRIBUIÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA CATALOGAÇÃO**

BELO HORIZONTE

2015

VINICIUS DE SOUZA TOLENTINO

**A TÉCNICA DA DESCRIÇÃO EM CATÁLOGOS E BIBLIOGRAFIAS:
CONTRIBUIÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA CATALOGAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação

Orientadora: Dra. Cristina Dotta Ortega

BELO HORIZONTE

2015

Tolentino, Vinicius de Souza.

T649t A técnica da descrição em catálogos e bibliografias [manuscrito] :
contribuições aos fundamentos da Catalogação / Vinicius de Souza
Tolentino. – 2015.
98 f., enc.

Orientadora: Cristina Dotta Ortega.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 77-85.
Inclui apêndice.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Catalogação descritiva – Teses. 3.
Catálogos – Teses. 4. Bibliografia – Teses. I. Título. II. Ortega, Cristina
Dotta. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da
Informação.

CDU: 025.3



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

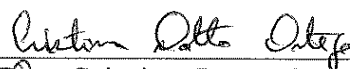
"A TÉCNICA DA DESCRIÇÃO EM CATÁLOGOS E BIBLIOGRAFIAS: CONTRIBUIÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA CATALOGAÇÃO"

Vinicius de Souza Tolentino


Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Organização e Uso da Informação**".

Dissertação aprovada em: 05 de novembro de 2015.

Por:



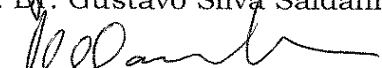
Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega - ECI/UFMG (Orientadora)



Profa. Dra. Fernanda Passini Moreno - UnB




Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha - IBICT



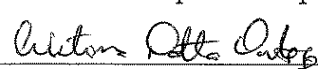
Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Profa. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora

Versão final Aprovada por



Profa. Cristina Dotta Ortega
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE VINICIUS DE SOUZA TOLENTINO,
matrícula: 2013709034

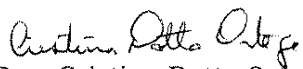
Às 14:00 horas do dia 05 de novembro de 2015, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 25/09/2015, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***A técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da catalogação***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

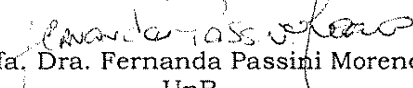
Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega - Orientadora	APROVADO
Profa. Dra. Fernanda Passini Moreno	APROVADO
Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha	APROVADO
Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho	APROVADO

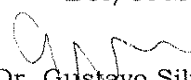
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

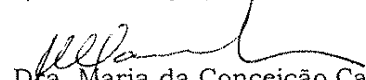
O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2015

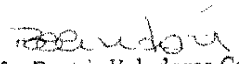

Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega
ECI/UFMG


Profa. Dra. Fernanda Passini Moreno
UnB


Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha
IBICT


Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Beatriz Valadares Condón
Coordenadora do Programa Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por ter me dado vida e saúde ao longo desses dois anos, por me guardar e me manter numa cidade onde não tinha nenhum conhecido.

Aos meus pais, família e amigos pelo apoio e compreensão.

Aos amigos que encontrei em BH. Obrigado a todos que de alguma forma me acolheram, me ouviram, me receberam e compartilharam comigo desse momento. Aos companheiros de pesquisa, em especial à família Berti, Camila Silva e a Juliana Medaglia. Obrigado pela força e parceria ao longo desses anos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

A banca de qualificação, na figura dos Profs Gustavo Saldanha, Fernanda Moreno e M^a da Conceição que mesmo à distância foram exemplares nas colocações me ajudando a estruturar e delinear minha pesquisa.

A professora Cristina Ortega pela belíssima orientação. Por me acalmar em momentos de desespero e por avisar que em uma pesquisa acadêmica nem sempre descobrimos fatos que nos agradam. Não tenho palavras para agradecer toda disponibilidade e profundas conversas realizadas durante esses anos. Saiba que finalizo esse exercício acadêmico com uma visão mais crítica.

À CAPES pela bolsa de estudos, fundamental para o andamento e conclusão da pesquisa.

Agradeço a todos que de maneira direta ou indireta ajudaram na confecção do mesmo.

“O progresso, longe de consistir em mudança, depende da capacidade de retenção. Quando a mudança é absoluta, não permanece coisa alguma a ser melhorada e nenhuma direção é estabelecida para um possível aperfeiçoamento; e quando a experiência não é retida, como acontece entre os selvagens, a infância é perpétua. Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”.

(George Santayana, *A Vida da Razão*, 1905)

RESUMO

No decorrer de cada época, o conhecimento humano se manifestou por meio de diferentes suportes e tecnologias. O produto desta atividade recebeu influência de abordagens teóricas e, a partir do século XX, a denominação documento, no sentido de objeto cultural, passou a ser utilizada com mais frequência. O documento gerado pelas trocas entre o homem, por meio da língua, no contexto de uma dada cultura, é compreendido enquanto forma e conteúdo, e sua representação é trabalhada a partir de diversas camadas de produção de sentido no contexto de sistemas de informação. Os produtos documentários resultantes dos sistemas de informação são fruto de processos que sofrem influências de um conjunto de conhecimentos e habilidades desenvolvidas a partir de atividades técnicas de organização da informação que levam em conta aspectos institucionais condicionados historicamente. Essa pesquisa discutirá um processo específico da organização da informação – a descrição –, que é constituído pelo conjunto de procedimentos que visa à identificação de documentos. Propõe-se, assim, explorar a construção da técnica de descrição em catálogos e em bibliografias, buscando contribuir para uma discussão sobre os fundamentos teóricos da Catalogação. Considerando que sistemas de informação podem ter objetivos diferentes – como arquivísticos, museológicos e bibliográficos –, a descrição será trabalhada sob esta última abordagem. Justifica-se o desenvolvimento da pesquisa em função da percepção de que a tecnologia foi incorporada aos estudos de Catalogação e tem impactado, de maneira prioritariamente mecanicista, o ensino nos cursos brasileiros de graduação em Biblioteconomia. Acredita-se que esse estudo possa contribuir para os debates em torno das questões sobre técnica que ainda não foram enfrentadas na área de Catalogação. O método que delineou a pesquisa foi o bibliográfico e o documental. Conclui apontando que a discussão sobre Catalogação e sobre Bibliografia é significativa para um caminho teórico acerca do entendimento da produção dos diversos repertórios bibliográficos.

Palavras-chave: Descrição. Técnica. Catálogo. Bibliografia. Catalogação.

ABSTRACT

In the course of each epoch, the human knowledge production, presented in different holders and diverse technology. The product of this activity received influence of theory approaches and since the twenty century, document with the meaning of cultural object, began to be use with more frequency. The document, generated by exchange between human, by the language, in the context of a certain culture, is comprehend while form and content, and its representation is worked from many levels of meaning production in the context of information systems. The documentary products from information systems are results of process influenced by a set of knowledge and ability developed by technical activities of information organization that takes in account historical conditioned institutional aspects. This research discuss a specific process of information organization – description –, the constitution of it is the set of procedures that stand for document identification. Thus, it proposes to explore the construction of technical description in catalog and at bibliography, with the aim to contribute to a discussion about the theory fundament of Cataloguing. Considering information systems can have different objectives – like archival, museologic and bibliography – the description is work under last approach. The research development is justified by a perception of technology incorporated to Cataloguing studies and have influenced, in a mechanistic form, the teach on Brazilian undergraduate courses on librarianship. We believe this study contribute to debate around questions on technique that are not confront on the major of Cataloguing. The research is drive by the bibliographic and documental method. Concludes pointing that the discussion about Cataloguing and Bibliography is a significant contribution to a theory path about understand the production of diverse bibliographic repertories.

Keywords: Description. Technique. Catalog. Bibliography. Cataloging.

RESUMEN

En el transcurso de cada época, el conocimiento humano se ha manifestado a través de distintos soportes y tecnologías. El producto de esta actividad se ha visto influenciado por diversos enfoques teóricos y es a partir del siglo XX cuando el término documento, en el sentido de objeto cultural, comienza a ser utilizado con mayor frecuencia. El documento, resultante de los intercambios discursivos entre los hombres de una cultura determinada, se entiende en una doble vertiente, forma y contenido. Esta representación es trabajada a partir de distintos capas de producción de sentido en el contexto de los sistemas de información. Los productos documentales de los sistemas de información son el fruto de una serie de procesos, influenciados por un conjunto de conocimientos y habilidades desarrolladas a partir de técnicas de organización de la información, que tienen en cuenta aspectos institucionales condicionados históricamente. Esta investigación discute un proceso específico de organización de la información – la descripción – que consiste en el conjunto de procedimientos destinados a la identificación de documentos. Considerando que cada tipo de sistema de información – archivístico, museológico, bibliográficos – puede perseguir unos objetivos distintos, la descripción que aquí se aborda se centra en el último tipo de sistema. Así pues, se propone explorar la construcción de las técnicas de descripción en catálogos y en bibliografías, con el fin de contribuir a la discusión sobre los fundamentos teóricos de la Catalogación. Esta investigación se justifica por la percepción de que la tecnología fue incorporada a los estudios de Catalogación y ha impactado, de forma prioritariamente mecánica, en los estudios brasileños de grado en Biblioteconomía. La metodología empleada en este trabajo combina el método bibliográfico y el documental. Se cree que este estudio señala que la discusión sobre la Catalogación y sobre la Bibliografía es significativa para un camino teórico acerca del entendimiento de la producción de diversos repertorios bibliográficos.

Palabras chave: Descripción. Técnica. Catálogo. Bibliografía. Catalogación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A técnica como modo de realizar a mediação.....	40
Figura 2 – Conceitos em torno da Catalogação a partir da discussão dos professores das escolas de Biblioteconomia no Brasil.....	51
Figura 3 – Síntese dos conceitos apresentados para Análise Documentária.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Termos recorrentes presentes na representação documentária descritiva	51
Quadro 2 – Características das bibliografias	67

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i> (Código Anglo-Americano de Catalogação)
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
BIBFRAME	<i>Bibliographic Framework</i> (Modelo Bibliográfico)
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CFE	Conselho Federal de Educação
FRAD	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade
FRBR	Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
ISBD	Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada
LC	<i>Library of Congress</i> (Biblioteca do Congresso)
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i> (Catalogação legível por computador)
SESu/MEC	Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VIAF	<i>Virtual International Authority File</i> (Base Virtual Internacional de Autoridade)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	INTRODUÇÃO AO TEMA	14
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.3	JUSTIFICATIVA.....	19
1.4	OBJETIVOS	21
1.4.1	Objetivo geral.....	21
1.4.2	Objetivos específicos	21
1.5	METODOLOGIA	22
2	AS DEFINIÇÕES SOBRE TÉCNICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA DESCRIÇÃO	27
2.1	A TÉCNICA EM ARISTÓTELES	29
2.2	A TÉCNICA EM HEIDEGGER.....	31
2.3	A TÉCNICA EM VIEIRA PINTO	32
2.4	A TÉCNICA COMO UMA QUALIDADE DA AÇÃO HUMANA DE DESCREVER DOCUMENTOS	34
3	AS VARIAÇÕES TERMINOLÓGICAS VIGENTES NA DESCRIÇÃO	42
3.1	TERMINOLOGIA	42
3.2	DESCRIÇÃO DO MÉTODO	44
3.3	ANÁLISE DOS TERMOS E SÍNTESE CONCEITUAL	46
4	A DESCRIÇÃO SOB O PONTO DE VISTA DA CATALOGAÇÃO E DA BIBLIOGRAFIA	56
4.1	A DESCRIÇÃO NA CATALOGAÇÃO.....	56
4.1.1	A descrição na corrente predominante anglo-americana: catalogação	56
4.1.2	A descrição na corrente europeia: a análise documentária	60
4.2	A DESCRIÇÃO NA BIBLIOGRAFIA	63
4.3	A DESCRIÇÃO NA CATALOGRAFIA	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74

REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE.....	86

1 INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO AO TEMA

A produção do conhecimento humano foi, no decorrer de cada época, manifestada por meio de distintos suportes confeccionados por técnicas e tecnologias diversas. O produto desta atividade recebeu influência de abordagens teóricas e, a partir do século XX, a denominação documento, no sentido de objeto cultural, passou a ser utilizada com mais frequência.

O documento, gerado pelas trocas entre o homem, por meio da língua, no contexto de uma dada cultura, é compreendido enquanto forma e conteúdo. Por intermédio da linguagem o mundo ganha sentido e pela língua é categorizado. Essa atividade simbólica expressa pelas palavras produz conceitos, ordenando a realidade. No contexto dos sistemas de informação, a escrita usada na representação dos documentos é trabalhada na produção de diversas camadas de produção de sentido.

Os sistemas de informação nascem da necessidade de subsidiar as atividades realizadas pelas pessoas, comunicando conteúdos. Na produção desses sistemas, subjazem critérios para análise de documentos, que vão da seleção até a disponibilização e uso para os mais diferentes fins demandados pela sociedade, sob a influência de escolhas ideológicas. A partir desses critérios são trabalhados processos documentários específicos de representação que conduzem a produtos documentários com o propósito de recuperação.

Os sistemas de informação são fruto de processos que sofrem influências de um conjunto de conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir de atividades técnicas que levam em conta aspectos institucionais condicionados historicamente. No âmbito dos sistemas de informação podem ser identificados os processos de organização da informação, os de armazenamento e preservação e os serviços, exposições e ações mediáticas.

A Organização da Informação é identificada como o “conjunto de procedimentos sobre documentos voltados a propiciar seu uso por públicos específicos, segundo necessidades de informação de ordem científica, educacional, profissional, estética, de entretenimento, utilitária” (ORTEGA, 2013, p. 185).

Nesse contexto, essa pesquisa discutirá um processo específico da organização da informação – a descrição –, que é constituído pelo conjunto de procedimentos que visa à identificação de documentos.

Considerando que sistemas de informação podem ter objetivos diferentes – como arquivísticos, museológicos e bibliográficos –, a descrição será trabalhada sob esta última abordagem. Como exemplos de produção de sistemas de informação em perspectiva bibliográfica, têm-se vários repertórios bibliográficos, como as bibliografias, os catálogos de bibliotecas, as bases de dados científicas, as bibliotecas digitais, dentre outros.

O conjunto das tecnologias, pessoas e conhecimentos compõe os sistemas de informação e permite o seu funcionamento. Atualmente, o termo sistemas de informação é usado para indicar um sistema como um todo, por exemplo, uma biblioteca incluindo seu acervo, espaço disponibilizado, e também para tratar das chamadas bases de dados. Para essa pesquisa o termo sistemas de informação será trabalhado no sentido estrito de bases de dados. Os processos para a produção dessas bases de dados se dão a partir de estruturas de campos que, preenchidas, caracterizarão os diversos documentos, segundo suas tipologias e aspectos relativos às previsões de uso pelo público.

Catálogos e bibliografias permitem a identificação e seleção do registro de um documento, eventualmente a localização e obtenção do mesmo. O processo para a produção dos mesmos pode ser nomeado de catalogação, embora muitas vezes este termo seja usado de modo restrito à produção de catálogos de bibliotecas. Nesta pesquisa, utilizar-se-á catalogação para tratar do processo documentário responsável pelo uso dos instrumentos normativos e suas aplicações concretas, como as da prática profissional e das pesquisas experimentais, e Catalogação para designar os aspectos conceituais e metodológicos que sustentam os meios de realização do processo de catalogação, assim como os conceitos básicos adotados para processos, instrumentos e produtos. E a representação documentária descritiva designa-se para o contexto dos produtos e dos processos que envolvem a descrição.

O registro bibliográfico, elemento principal constituinte da base de dados, é uma representação documentária que envolve aspectos descritivos e temáticos dos documentos a que se refere, e seus pontos de acesso. Como já apresentado, o objeto desta pesquisa refere-se apenas aos aspectos da descrição. Os pontos de acesso e os mecanismos para controle dos mesmos não fazem parte do escopo deste trabalho, pois para estudar a viabilidade e funcionalidade dos pontos de acesso dos registros bibliográficos, a pesquisa necessitaria adentrar os aspectos relacionados à construção desses pontos e sua recuperação, o que desviaria o foco sobre as especificidades da descrição.

De acordo com Campos (2001, p. 15), “a área de informação tem ficado fadada, via de regra, ao espaço quase sempre, de um saber instrumental. Mas, sabe-se, também, que não existe instrumentalização que não seja sustentada por bases teóricas e/ou metodológicas”. A Catalogação, nesse sentido, por vezes é explicada pela memorização de regras para a elaboração padronizada de registros e pelos instrumentos utilizados para a representação documentária como sendo – eles mesmos – os fundamentos e os seus conceitos. Contudo, o pensamento de uma área desprivilegiada cientificamente e invisível profissionalmente (MORENO, 2011) recebeu influências de diversas pesquisas teóricas e metodológicas realizadas sobre o tema.

A sistematização de uma teoria de Catalogação, no século XX, recebeu contribuições de estudos de seletos autores. Fiuza (1987, p. 51) declara que “até o advento das novas tecnologias de automação a teoria derivada dos escritos dos ‘quatro grandes’ [Panizzi, Jewett, Cutter e Lubetzky] constituiu-se como espinha dorsal de toda a catalogação bibliográfica”. Esta autora (1980, p. 140) afirma ainda que “diferentes correntes e teorias sobre a prioridade das funções e o estabelecimento de entradas principais se refletiram nos códigos de catalogação e nos catálogos, através dos tempos”. Observa-se a partir dessas constatações que houve acúmulo de esforço intelectual sobre o tema.

Nos últimos anos, a Catalogação vem sendo alvo de debates e estudos. O interesse atual da comunidade bibliotecária pelo tema pode ser associado à publicação, pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA), dos modelos conceituais dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), em 1998, e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD), em 2009. Esses modelos apresentaram uma nova perspectiva para a Biblioteconomia e, em especial, para a Catalogação, no final do século XX e início do XXI.

Os autores Mostafa, Silva e Santarem Segundo (2012, p. 43), ao citar o filósofo Gilles Deleuze, relacionam a geofilosofia à Ciência da Informação, dizendo que “a ideia é sempre virtual, mas a sua atualização é espaço-temporal (portanto histórica), passando pelas apropriações do território de tal maneira que cada [objeto] terá características pertinentes ao lugar disponível”. Admite-se com isso que a ideia sobre o processo de representar objetos esteve presente desde a antiguidade, porém a técnica empregada para representá-los recebeu influências das mudanças de organização do pensamento, dos variados métodos de trabalho e das tecnologias em curso. As diferentes tecnologias projetadas no avançar das épocas também foram utilizadas para a descrição e, conseqüentemente, os aspectos teóricos e práticos desta

sofreram transformações. Com isso, o processo da descrição foi redefinido e novos parâmetros foram instaurados afetando as práticas dos profissionais e, no âmbito do ensino, impactando as escolas de Biblioteconomia.

É neste contexto que alguns termos como teoria, prática, técnica e tecnologia constam na história da Catalogação sem que sejam efetivamente enfrentados e confrontados. Os termos teoria e prática são utilizados em diferentes áreas do conhecimento para mostrar o que são as bases de uma ciência e as suas aplicações ou ações. Por sua vez, os aspectos teóricos e práticos da descrição geraram, ao longo dos anos, discursos diferenciados, de acordo com a vertente – Bibliografia, Bibliologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – que se apresentava em cada época.

Os termos técnica e tecnologia têm, ambos, origem na palavra grega *techné* que significa arte, e são por vezes usados de modo ambíguo. Um entendimento possível é o de que a técnica está presente em toda ação e criação humana e a tecnologia associa-se à noção de maquinário que concretiza fisicamente as técnicas, as quais também foram desenvolvidas pelo ser humano.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Atualmente, coexistem nas esferas acadêmica e profissional diferentes formas de entender a Catalogação: vertentes que abordam a prática de descrever os documentos e outras explicando os porquês das etapas da descrição bibliográfica, da necessidade de cooperação, da padronização da informação, dos sistemas informacionais digitais, da criação de códigos internacionais de catalogação, levantando, com cada um desses debates, termos que especificam a atividade, realizada inicialmente como produção de catálogos e de bibliografias.

Dentre alguns termos adotados, a representação descritiva e a representação temática aparecem como denominações propostas para uma generalização e maior abrangência à Catalogação. Todavia, as discussões teóricas desenvolvidas por Panizzi, Jewett, Cutter e Lubetzky, representantes da vertente da representação descritiva, foram, de certo modo, sufocadas por discursos e por soluções que tinham em seu bojo questões de aparatos tecnológicos envolvidos.

Garrido Arilla (2000, p. 211), ao desenvolver uma trajetória cronológica da catalogação, a divide em quatro etapas, destacando alguns acontecimentos marcantes de cada época.

A primeira, chamada ‘pré-técnica’, que compreende da antiguidade até o início do século XIX, é representada pelos catálogos primitivos e pelos primeiros esboços normativos, como a Instrução Francesa de 1791, intitulada “*Instruction pour procéder à la confection du catalogue de chacune des Bibliothèques sur lesquelles les Directoires ont dû ou doivent incessamment apposer les scelles*”, escrita por Jean-Baptiste Massieu (GARCÍA EJARQUE, 1994, p. 89).

A segunda etapa, classificada como ‘técnica’, compreende desde o princípio do século XIX até meados do século XX. Esse período é marcado por alguns acontecimentos como o final da Revolução Francesa e a disseminação das bibliotecas públicas na Europa que, juntos, propiciaram a ascensão de equipamentos de acesso mais amplo à educação e à cultura. Tiveram destaques nesse período Andrea Crestodoro, Anthony Panizzi, Charles Jewett e Charles Ammi Cutter, criadores dos primeiros princípios científicos da área, no sentido que se conhece hoje.

A terceira etapa, denominada ‘especializada’, inicia-se na segunda metade do século XX e é marcada por acontecimentos, como a Conferência Internacional de Paris de 1961, a Conferência de Copenhague de 1969, a criação do programa Controle Bibliográfico Universal (CBU) pela IFLA e as múltiplas Descrições Bibliográficas Internacionais Normalizadas (ISBDs) para a descrição de distintas tipologias documentais.

A quarta e última etapa é caracterizada pela ‘comunicação internacional’ surgida pela explosão documental no último quarto do século XX. Com o aumento do número de documentos produzidos e as questões advindas dos usuários, a Biblioteconomia internacional iniciou estudos para a construção/proposição de novos sistemas que têm em sua envergadura a necessidade de cooperação internacional, as concepções de catalogação centralizada e compartilhada e as de catálogos coletivos. Essa etapa nada mais é do que a intensificação do que tinha sido iniciado nas épocas anteriores.

Os fundamentos teóricos da Catalogação foram propostos, segundo Garrido Arilla (2000, p. 211), na etapa chamada “técnica”. Essa identificação realizada pela autora coincide com a exacerbação da técnica no desenvolvimento do produto da catalogação e das regras que seriam usadas em sua construção.

Mediante a isso, quais são os reflexos para a Catalogação quando a descrição é compreendida como uma técnica alienada, portanto, realizada de maneira mecânica? A Catalogação, ao incorporar elementos relacionados à tecnologia eletrônica, estaria deixando de lado o entendimento do processo descritivo, fazendo com que essa técnica e o próprio aprimoramento e desenvolvimento tecnológico diminuíssem o debate sobre os fundamentos da área? O que seria, então, fundamentação teórica em Catalogação?

1.3 JUSTIFICATIVA

Em minha trajetória acadêmica, a catalogação esteve presente desde o início do curso de Biblioteconomia, cursado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2011, seja através das músicas adotadas nos trotes estudantis, durante os primeiros dias de aula, seja por oportunidades de estágios, nos quais a catalogação aparecia como uma das atividades a serem desenvolvidas, apesar de, ainda, a disciplina não ter sido cursada e de não saber exatamente do que se tratava.

Quando, no terceiro período da graduação, iniciaram-se os estudos da Catalogação, a prática assimilada nos estágios realizados antes da ministração da matéria, unida com os estudos conceituais, gerou questionamentos, dúvidas e inquietações. Durante o período das disciplinas de Catalogação, com duração de dois anos, surgiu a oportunidade de participar do projeto de ensino “Representação Descritiva: novos parâmetros e novos conteúdos”, na qualidade de monitor, pela Profa Elisa Machado, e de pronto, o convite foi aceito. Durante esse período, o contato com textos que trabalhavam a catalogação em suas diversas vertentes intensificou-se, culminando na ardente necessidade de investigar e entender o ensino de Catalogação no âmbito teórico, visto que a prática era fundamentada na realização de exercícios de ficção.

Com os levantamentos bibliográficos realizados no período da monitoria, percebeu-se que a Catalogação não seguia uma única linha de pesquisa: suas publicações eram encontradas com abordagens que discutiam normas ou mudanças delas, sua aplicabilidade em ambientes digitais, a interoperabilidade de registros bibliográficos e algumas trabalhando os modelos conceituais. Nesse contexto, o objeto de pesquisa nasceu.

Inicialmente, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pesquisou-se como os alunos concluintes da UNIRIO entendiam e viam o tema Catalogação através dos TCCs

produzidos por eles. O levantamento investigativo documental com base nos TCCs, defendidos no período de 2001 a 2010, correspondeu a um total de 520 trabalhos. A identificação de determinadas marcas textuais teve por base a análise do título, da ficha catalográfica elaborada pelo próprio autor, do sumário, dos resumos e, por fim, do nome do orientador. Ao fim dessa etapa foram encontrados 30 TCCs que poderiam ser classificados no recorte temático-discursivo catalogação (TOLENTINO, 2011).

Com a identificação, análise e leitura dos 30 TCCs, estabeleceram-se categorias com o intuito de agrupá-los e chegar ao objetivo da pesquisa. Foram criadas seis categorias: Elaboração de catálogos, Normas, Formatos, Catalogação cooperativa, Recuperação de registros bibliográficos e Catálogos eletrônicos. Alguns TCCs foram enquadrados em mais de uma categoria, por apresentarem conceitos e finalidades que condiziam com mais de uma categoria. No resultado da pesquisa, concluiu-se que a percepção dos alunos da UNIRIO em torno do tema catalogação, no período de 2001 a 2010, era baseada nas regras da tradição anglo-americana de catalogação e não apresentava ou resgatava aspectos da teoria da disciplina.

Ao término da pesquisa, muitos outros questionamentos surgiram, nascendo, assim, o interesse em entender os porquês da falta de debates sobre o ensino da teoria de Catalogação e como uma disciplina se tornou sinônimo de elaboração de exercícios a ponto de os alunos da UNIRIO a entenderem somente por suas regras e sinais adotados (espaço, barra oblíqua, espaço).

Espera-se identificar, os aspectos teóricos para a construção da técnica realizada no âmbito acadêmico e profissional da Catalogação no que tange ao seu entendimento como uma disciplina essencialmente operacional.

No entanto, a discussão quanto à necessidade de aprofundamento teórico sobre um processo de representação bibliográfica em um período em que os estudos estão centrados no novo formato bibliográfico proposto pela *Library of Congress* (LC), o *Bibliographic Framework* (BIBFRAME), em substituição ao *Machine Readable Cataloging* (MARC21), na produção de bases de dados internacionais virtuais de autoridade, como o *Virtual International Authority File* (VIAF), nos novos padrões de metadados, nos modelos conceituais FRBR e derivados, parece não ter grande aceitação, pois o processo de representação bibliográfica pressupõe estar resolvido pela dimensão das normas internacionais.

Os modelos conceituais publicados pela IFLA não representam os fundamentos da Catalogação. Modelo conceitual e fundamentos de uma área não são a mesma coisa, mas estão relacionados e essa relação precisa ser trabalhada para que ambos ganhem força e consistência. Observa-se que, em representação temática avançou muito, mas em representação descritiva, em função das prescrições normativas, da urgência tecnológica, da predominância do modelo da LC, a mentalidade desenvolvida pela área seguiu outra linha de pensamento que não trabalhou de fato com o entendimento e o desenvolvimento teórico do processo descritivo.

Justifica-se o desenvolvimento da pesquisa ao perceber como a tecnologia foi incorporada nos estudos de Catalogação e como, de alguma forma, tem impactado, de maneira prioritariamente mecanicista, o ensino nos cursos brasileiros de graduação em Biblioteconomia. Acredita-se que esse estudo possa contribuir para os debates em torno das questões sobre técnica e tecnologia, ainda não enfrentadas, na área de Catalogação.

É importante frisar que o trabalho não propõe discutir o ensino de Catalogação no Brasil, contudo sabe-se que não é possível falar em Catalogação sem transitar no campo do ensino. Os trabalhos referentes à Catalogação se propagaram graças a esforços de professores empenhados na tradução de textos e/ou na elaboração de estudos sobre o processo, produzindo artigos, manuais e livros elaborados para subsidiar o ensino de Catalogação.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Investigar a técnica de descrição em catálogos e em bibliografias, buscando contribuir para uma discussão sobre os fundamentos teóricos da Catalogação.

1.4.2 Objetivos específicos

- Identificar como o conceito de técnica se configura para um aprofundamento e problematização da Catalogação em sentido amplo;

- Discutir a variação terminológica presente em torno do termo descrição, observando possíveis implicações para sua compreensão; e
- Identificar o conceito do processo de descrição dos documentos na Catalogação e na Bibliografia, considerando ambas como gênese da atividade de produção de repertórios bibliográficos.

1.5 METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho exploratório, pois tem a finalidade de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos” (GIL, 2009, p. 27) sobre a técnica de descrição em Catalogação e em Bibliografia. Optou-se por uma pesquisa de caráter exploratório pelo fato de existirem poucas investigações sobre o tema nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. Esta abordagem busca nortear a identificação e a formulação de problemas precisos inerentes à técnica para construção de normas e regras na representação dos documentos que compõem catálogos e bibliografias.

O método que delineou a pesquisa foi o bibliográfico e o documental, os quais permitiram a abordagem dos objetivos específicos, proporcionando assim a compreensão do objetivo geral proposto. Por meio do método bibliográfico foram levantados e apresentados textos que abordam a temática do processo de descrição na Catalogação e na Bibliografia, e textos explorando o conceito de técnica em fontes bibliográficas (primárias e secundárias) da literatura científica impressa e digital de autores brasileiros, americanos e espanhóis.

Lakatos e Marconi (1992, p. 43) explicam que os documentos de fonte primária “são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações. Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica”. Já as fontes secundárias remetem a uma mediação entre as fontes primárias e o usuário que procura a informação, pois são fontes que coletam, organizam e disponibilizam, para um determinado fim, documentos primários. Exemplos de fontes secundárias seriam as obras de referências, os manuais, os catálogos, as bibliografias, dentre outros.

As fontes de informação reunidas para a confecção desse trabalho não tiveram um recorte temporal definido porque a intenção era identificar, de uma forma geral, o que tinha sido publicado em Catalogação e Bibliografia sobre o processo de descrição de documentos. Inicialmente, as pesquisas não se limitaram à busca por textos de correntes teóricas específicas como a Documentação ou a Biblioteconomia. As leituras dos textos teóricos apontavam para outros documentos resultando posteriormente no delineamento do trabalho.

A intencionalidade para a seleção dos textos foi realizada a partir de alguns parâmetros. Como já explicitado na seção de justificativa, a graduação em Biblioteconomia cursada na UNIRIO foi essencial para a identificação dos textos. Além da grande carga horária das disciplinas de catalogação, o curso disponibilizava três disciplinas obrigatórias de bibliografia nomeadas de Bibliografia I, II e III. As referências presentes nas ementas dessas disciplinas fizeram parte da escolha dos textos. Ao elencar as referências partiu-se então para a busca desses documentos. A busca foi realizada tanto no acervo físico da Biblioteca Etelvina Lima da Escola de Ciência da Informação da UFMG quanto no acervo da Biblioteca Central da UNIRIO, além de indicações da orientadora e de colegas da pós-graduação.

Com o levantamento e leitura dos textos que abordavam o processo de descrição documentária na Catalogação foi possível identificar majoritariamente duas grandes linhas de publicações, a anglo-americana e a europeia. Essa divisão foi identificada ao verificar a grande influência que o ensino de Catalogação nos cursos de Biblioteconomia no Brasil recebeu ao trabalhar com traduções e manuais dos Estados Unidos. Já a linha europeia foi destacada ao compreender que o processo de descrição estava inserido nos estudos de Análise Documentária no âmbito da Documentação.

Faz-se necessário esclarecer a pouca ocorrência da ISBD neste trabalho. Reconhece-se a importância para a Catalogação e para a Bibliografia da criação dessa norma. Admite-se a notoriedade e a abrangência internacional dela. Sabe-se ainda que o formato da ISBD foi fruto da pesquisa realizada por Michael Gorman e apresentada à Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação de 1969. Tem-se ciência que o documento apresentado por Gorman nessa Reunião resultou de um estudo comparativo das práticas adotadas na elaboração de bibliografias nacionais de oito instituições. Contudo, admite-se que o documento elaborado por Gorman não apresentou fundamentação teórica para a escolha dos caminhos adotados pelas Bibliotecas Nacionais¹. Não faz parte do escopo dessa pesquisa

¹ Segundo Fonseca (1973, p. 18-19) o documento de trabalho intitulado “*Bibliographical data in national bibliography entries*”, apresentado por Michael Gorman, estudava os métodos de catalogação descritiva

entender o processo de descrição pela norma ISBD, mas sim discutir o processo descritivo teoricamente, compreendendo-o como uma técnica.

Na pesquisa documental, foram analisados os ofícios produzidos pelas escolas de Biblioteconomia no Brasil para a confecção de uma proposta de atualização do segundo currículo mínimo de Biblioteconomia e o documento final aprovado pelo grupo de trabalho e encaminhado para a Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura (SESu/MEC), no ano de 1981.

O acesso a esses ofícios foi realizado no arquivo geral da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A identificação desses documentos foi possível graças a uma inquietação em torno do termo ‘representação descritiva’. Essa busca culminou na história das discussões dos currículos mínimos de Biblioteconomia, por meio de apontamentos dados por professores aposentados da própria Escola de Ciência da Informação da UFMG e pesquisadores que desenvolveram estudos sobre a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), em trocas de e-mails realizados durante o mês de julho de 2014.

A instituição responsável por alocar o grupo de trabalho que coordenou o debate para a aprovação do segundo currículo mínimo de Biblioteconomia, na década de 1980, foi a então Escola de Biblioteconomia da UFMG. Mediante isso, toda documentação trocada pelas Escolas de Biblioteconomia referentes a esse assunto encontrava-se acessível no arquivo geral da Escola de Ciência da Informação.

O percurso metodológico trilhado com o intuito de responder aos problemas e alcançar os objetivos foi realizado por meio da explanação dos autores que publicaram sobre o processo de catalogação e de elaboração de bibliografias.

A discussão sobre técnica abre o caminho para as outras seções da pesquisa. Ela se encontra na segunda seção do trabalho tendo por referencial os filósofos Aristóteles, Heidegger e Vieira Pinto. A escolha desses filósofos é explicada por três premissas: a primeira ligada a indicação que a banca fez no processo de qualificação desse trabalho; a

utilizados em bibliografias nacionais de oito países, do ponto de vista de seu conteúdo e sua estrutura. As bibliografias nacionais examinadas foram: *British Nacional Bibliography*, de Londres; *Bibliographie de la France*, de Paris; *Deutsche Bibliographie*, de Frankfurt; *Svensk Bokforteckning*, de Estocolmo; *Bibliografija Jugoslavije*, de Belgrado, Sérvia; *National Union Catalog*, de Washington; *Magyar Könyveszet*, de Budapeste; e *Boletín Bibliográfico Nacional*, de Buenos Aires. Ainda de acordo com Fonseca (1973), Gorman preferiu investigar bibliografias a catálogos, por considerar que as bibliografias refletem com mais exatidão a organização dos conhecimentos em escala nacional. Além disso, estudou as fichas das bibliografias e não as normas catalográficas, por estimar que as fichas são práticas e, portanto, mais ajustadas à realidade do que as normas, que possuem um caráter mais teórico.

segunda calcada na discussão sobre técnica presente na obra dos três autores; e a última remete à contribuição que os estudos elencados podem trazer para o entendimento e aprofundamento da discussão do processo de descrição na Catalogação.

Dessa forma, estruturou-se o trabalho em cinco seções, a saber: Introdução, As definições sobre a técnica e suas implicações na descrição, As variações terminológicas vigentes na descrição, A descrição sob o ponto de vista da Catalogação e da Bibliografia, as Considerações finais e o Apêndice.

A primeira seção divide-se em cinco seções secundárias: a introdução ao tema, o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos e a metodologia.

Na segunda seção, conteúdo teórico acerca dos conceitos de técnica sob o enfoque filosófico, constitui-se de quatro seções secundárias. Na 2.1 a técnica discutida por Aristóteles, na 2.2 por Heidegger, na 2.3 por Vieira Pinto e na 2.4 a discussão dos conceitos levantados pelos autores.

A terceira seção trata-se de uma abordagem conceitual sobre os termos referentes ao processo de descrição que foram identificados no desenvolvimento da pesquisa, os quais remetem a terminologias desenvolvidas e aplicadas nos processos realizados pela Catalogação e pela Bibliografia. Essa apresenta três seções secundárias. Na 3.1 as bases teóricas da Terminologia e suas aplicações no ensino de disciplinas científicas como a Documentação são percorridas, na 3.2 são explicados o procedimento de análise feito nos termos selecionados e na 3.3 os conceitos são analisados, discutidos e sintetizados. A metodologia utilizada para a análise dos termos teve por base as reflexões da abordagem semasiológica trabalhadas pela Linguística Documental.

O assunto trabalhado na quarta seção identifica a descrição na Catalogação e na Bibliografia. Essa distinção se dá em função do entendimento de que os aspectos representacionais dos objetos foram operados por processos documentários amplamente discutidos e aceitos. Apesar de ter sido dividida em duas linhas, essa distinção não pressupõe que essas vertentes tenham sido iniciadas e continuadas de maneira separada. Essa seção apresenta três seções secundárias.

Na 4.1, o enfoque descritivo na Catalogação foi delineado a partir de duas correntes: a anglo-americana e a europeia. Na corrente anglo-americana, a discussão justifica-se pela abrangência desse pensamento nos cursos brasileiros de Biblioteconomia pautando-se inicialmente pelas publicações de Michael Gorman e Tom Desley. Na corrente europeia, a

descrição é trabalhada segundo o processo de análise formal que constitui a Análise Documentária.

Na seção 4.2, a Bibliografia é apresentada perpassando seus vários entendimentos. Na seção 4.3, a Catalografia é abordada por ser uma proposta que considera a descrição de modo amplo, ou seja, tanto na Catalogação quanto na Bibliografia.

Nas Considerações finais, são levantas reflexões sobre o processo descritivo no âmbito da Bibliografia e da Catalogação, tendo por função explicitar uma possível abordagem teórica sobre descrição no contexto de fundamentos da Catalogação.

2 AS DEFINIÇÕES SOBRE TÉCNICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA DESCRIÇÃO

A técnica de produção de mensagens sobre os objetos por meio de suas características está ligada a complexos processos de organização e de ação entrelaçados numa rede. Segundo Chaui (2012, p. 292, 298), as ciências moderna e contemporânea modificaram as concepções das técnicas transformando-as em tecnologia. Os instrumentos técnicos são considerados prolongamentos da capacidade do corpo humano e os instrumentos tecnológicos são ciências cristalizadas em objetos materiais, não possuindo nada em comum com as aptidões e capacidades do corpo humano. A tecnologia confere à ciência controle e precisão nos resultados, na aplicação prática e na interdisciplinaridade.

Alguns autores trabalham com a substituição do termo técnica por tecnologia. Esse é o caso do autor Abbagnano (2007, p. 942), que apresenta o conceito do termo tecnologia definindo-o como o “estudo dos processos técnicos de determinado ramo da produção industrial ou de vários ramos; o mesmo que técnica; o mesmo que tecnocracia”. Ao descrever sobre a origem do termo tecnologia, Veraszto et al. (2008, p. 62) explicam que “em diferentes momentos a história da tecnologia vem registrada junto com a história das técnicas, com a história do trabalho e da produção do ser humano”.

Por sua vez, no âmbito do processo de catalogação e da elaboração de bibliografias, em alguns momentos, houve a compreensão de que se tratava de uma arte como técnica, por exemplo: “*cataloging is an art, and as an art it is technical*” (OSBORN, 1941, p. 394)² e “*bibliografía entendida como el arte y oficio de los copistas*” (MANFRÉ, 1978 *apud* MORALES LÓPEZ, 2008, p. 21)³. Talvez esse pensamento seja uma herança do pensamento humanista, que considerava a figura humana capaz de se aperfeiçoar e progredir por meio das instituições políticas e sociais e do desenvolvimento das artes, das técnicas e dos ofícios.

Rodrigues (2010, p. 31-34), ao apresentar a modalidade tradicional da técnica, a partir da proposição de certas representações de mundo, considera que essa compreensão depende antes da sabedoria transmitida pelas gerações via oral, pelo convívio com os mestres, do que por uma formulação racional ou discursiva explícita. Os dispositivos técnicos próprios da tradição são os objetos artesanais, pois são fabricáveis diretamente pelos artesãos. A

² “catalogação é uma arte e como arte é uma técnica” (OSBORN, 1941, p. 394, tradução nossa).

³ “bibliografía entendida como arte e ofício dos copistas” (MANFRÉ, 1978 *apud* MORALES LÓPEZ, 2008, p. 21, tradução nossa).

aprendizagem das técnicas tradicionais faz-se fundamental pela experiência prática, enraizada no saber de um território concreto culturalmente definido.

A concepção de técnica está ligada, atualmente, à noção de tecnologia, conforme os olhares de Abbagnano (2007), Veraszto et al. (2008) e Chaui (2012), porém a técnica não perpassa apenas a noção de modos de produção, ela vai além. Por exemplo, a existência de cada indivíduo é promovida pela palavra, o campo de ação da linguagem é representado pela cultura e a comunicação na forma produtora de trocas é dada pelo diálogo (BARTHES; MARTY, c1984). Percebe-se que a técnica percorre diferentes níveis de ação, sendo vista de maneira mais genérica ou compreendida por meio de funções específicas. “A linguagem revela ser a técnica fundamental, a técnica das técnicas, aquela sem a qual nenhuma outra haveria” (PINTO, 2005, p. 183).

A atividade de representar, elaborada pela ação humana, enquadra-se no simbólico. Com isso o alfabeto, a escrita, as modalidades pragmáticas, como a escuta e a leitura, são interpretados por uma cultura que retrata a consciência coletiva, o equilíbrio dos valores e dos comportamentos e a estrutura de organização humana (BARTHES; MARTY, c1984).

A escrita expande as possibilidades de contato perceptivo com a realidade, não constituindo um simples sistema de notação, mas uma das conquistas humanas fundamentais (BARTHES; MARTY, c1984), promovendo a possibilidade de organização da informação, que se encontra registrada para futuros acessos. Havelock (1996, p. 16), ao introduzir as discussões sobre a revolução da escrita na Grécia, discorre sobre a questão do oral e do escrito, afirmando que o alfabeto modificou a língua grega falada num artefato visível que podia ser preservado, recomposto, reordenado, repensado, sem recurso da memória, produzindo formas e tipos de enunciação antes indisponíveis, tornando-a uma linguagem.

Chartier (2002, p. 63) afirma que no campo da representação a bibliografia descritiva e a analítica são exemplos de modalidades que assumiram a materialidade da linguagem reforçando seu papel de abstração textual. Essas modalidades examinaram minuciosamente e formalizaram diferentes estados de uma mesma expressão, resultando num texto ideal ao enumerar, por meio da descrição, os processos advindos da elaboração dos documentos.

Técnicas que mudam as significações dos textos em suas formas de feitura ou de paginação, ou a do público leitor, ou as expectativas culturais quanto ao acesso à cultura impressa (CHARTIER, 2002, p. 76) podem ser percebidas investigando-se as bibliografias e

os catálogos. As descrições representadas nesses produtos documentários contêm valiosas estruturas que demonstram mudanças realizadas na produção dos documentos.

Torna-se essencial discutir a técnica, visto que as representações dos documentos inscritas em catálogos e bibliografias se iniciaram por um modo de fazer que está estritamente ligada à técnica de produção dos documentos.

A apresentação do conceito de técnica é trabalhada nessa seção em quatro subseções. As três primeiras sob o ponto de vista da filosofia com três autores respectivamente, a saber: Aristóteles, Heidegger e Álvaro Vieira Pinto. Na última seção serão discutidos os conceitos apresentados pelos filósofos.

2.1 A TÉCNICA EM ARISTÓTELES

Aristóteles, discípulo de Platão, fundou a escola Liceu, por volta do ano de 334 a.C em Atenas, realizava experimentações para comprovar fenômenos da natureza. Os seus estudos sobre os campos do conhecimento podem ser divididos em três ramos. Para Marías (2004, p. 67) as ciências em Aristóteles são divididas em teóricas, práticas e poéticas. “*Poiésis*, de onde vem *poesia*, quer dizer, em grego, produção, fabricação; o que a caracteriza é ser uma atividade que tem um fim distinto dela mesma”; a fabricação de uma cadeira, cujo fim é a cadeira, por exemplo. “A *práxis* ou prática é uma *ação*, uma atividade, cujo fim é ela mesma, não uma coisa externa ao agir; é superior, por ter o fim em si”, um exemplo seria a política. “A *theoria* ou contemplação é um modo de *práxis*; não devemos esquecer que a teoria é também prática; não se opõem exceto na medida em que a teoria é a *práxis* suprema, diferentemente do que *só* é prático, mas não chega a ser teórico”.

A contemplação é uma atividade cujo fim é ela mesma, mas que ademais contém em si mesma seu próprio objeto. O político, por exemplo, precisa de algo além dele, a cidade, para poder exercer sua ação; o homem teórico não precisa de outra coisa senão de sua própria mente; é o mais suficiente de todos e, portanto, superior (MARÍAS, 2004, p. 67).

Desse modo, a conceituação de técnica em Aristóteles pode ser analisada sob a perspectiva prática, por ser uma ação e sob a ótica teórica, por ser um modo de *práxis*. A técnica é o conceito do trabalho sem a matéria, ou seja, a concepção do resultado a ser produzido antes de sua realização no material, uma razão que precede a realização da ação.

Ela é adquirida pelo homem como resultado da experiência e é superior à experiência pelo fato de permitir o conhecimento do porque e da causa, enquanto a experiência apenas diz o que o objeto é (PINTO, 2005, p. 138). Para Aristóteles, a técnica, sinônimo de arte, é uma capacidade de produzir objetos materiais, além de ser uma consequência da experiência.

Os gregos compreendiam a habilidade técnica (*techne*) como um conhecimento preditivo e subordinado ao conhecimento científico (*episteme*). Por exemplo, um artesão, ao produzir um objeto material, reproduzia uma forma que representava uma ideia inacessível a sua própria técnica, pois essa era atórica. Somente o teórico tinha acesso à ideia e era quem, como solicitante, determinava a forma que o artesão, a seu serviço, deveria produzir. A *techne* era uma concepção subordinada à *episteme* (MEDINA GOMÉZ, 2006, p. 1).

Em Aristóteles o intelecto produtivo e prático relaciona-se com os objetos que se apresentam de diversas formas e tanto a prática, quanto a arte, relacionam-se com essa parte do intelecto.

A arte, então, será uma capacidade raciocinada de produção, mas essa capacidade só atinge sua obra que é sua finalidade, se o raciocínio for reto. Pois, se o raciocínio for reto, o desejo e a razão, que são partes da alma envolvidas no processo, estarão bem direcionados para a realização da obra. E só assim o homem poderá deliberar bem para atingir a finalidade de sua arte (COLONNELLI, 2009, p. 60).

Os objetos produzidos pela arte diferem-se dos constituídos pelas ciências, que trabalham no processo de geração com o pensamento de exatidão. Na arte isso não acontece, pois a produção aproxima-se do acaso. Aristóteles afirma que “toda arte visa à geração e se ocupa em inventar e em considerar as maneiras de produzir alguma coisa que tanto pode ser como não ser, e cuja origem está no que produz, e não no que é produzido” (ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco, VI, §4, 10-15). O princípio da arte está no responsável por sua criação e, por isso, é possível dizer que a arte e o acaso encontram-se em seus processos de geração.

A partir de noções obtidas pela experiência, o conhecimento preditivo e o científico produzem uma suposição universal sobre objetos semelhantes (REEVE, 2009, p. 187). Desse modo, a técnica de descrever documentos pode ser compreendida pela concepção e predição ao realizar a representação das informações que estão inscritas nos objetos e, por meio do conhecimento científico, fornece uma generalização para a aplicação da técnica de descrição em outros objetos.

2.2 A TÉCNICA EM HEIDEGGER

As discussões sobre a técnica desse filósofo são encontradas no ensaio intitulado ‘A questão da técnica’, proferido em 18 de novembro de 1953, na Escola Técnica Superior de Munique, na série ‘As artes na época da técnica’. Nessa reflexão, Heidegger analisa como a técnica pode ser, ela mesma, a causa essencial da metafísica moderna e da ciência moderna (OLIVEIRA, 2006, p. 65).

Heidegger (2007, p. 377) inicia seu ensaio afirmando que a filosofia ensina quatro causas das coisas: 1. A causa *materialis* – o material, a matéria a partir da qual um objeto é feito; 2. A causa *formalis* – a forma, a figura na qual se instala o material; 3. A causa *finalis* – o fim, a finalidade para a qual um objeto é determinado segundo matéria e forma; 4. A causa *efficiens* – o efeito que o objeto recebe ao ser finalizado.

Oliveira (2006) esclarece que a doutrina das quatro causas tratadas por Heidegger remonta a Aristóteles. No pensamento aristotélico, em cada objeto produzido havia a união dos quatro elementos: a matéria, o aspecto, a finalidade e o artesão. A função do artesão, como causa eficiente, não possui o sentido de operacionalidade; sua participação, ao reunir os três elementos, “é a de intermediar o movimento atrás do qual uma coisa que até então não existia – não estava presente –, passa então à existência – torna-se presente” (OLIVEIRA, 2006, p. 68).

Heidegger (2007, p. 379) explica que os modos de ocasionar as quatro causas atuam no produzir. Por meio do produzir surge tanto o que cresce na natureza quanto o que é feito pela arte e pelo artesão. O que é produzido manualmente não o é em si mesmo, mas o é numa causa eficiente. Dessa forma, Heidegger (2007, p. 380) entende que “o produzir leva do ocultamento para o descobrimento. O trazer à frente somente se dá na medida em que algo oculto chega ao desocultamento. No desabrigar se fundamenta todo produzir”.

A técnica é, portanto, um modo de desabrigar, portanto a essência da técnica acontece no desabrigar e no desocultamento. Heidegger (2007, p. 381) explica que essa maneira de pensar se enquadra no ideal grego e na técnica manual, porém não se adequa à moderna técnica das máquinas de força, pois a técnica moderna repousa na ciência exata. O desabrigar na técnica moderna é uma exigência do fornecer energia suscetível de ser extraída e armazenada enquanto tal. Assim, explorar, transformar, armazenar e distribuir são modos de

desabrigar. Essa extração das energias naturais explora e destaca o máximo de proveito com o mínimo de despesas.

Há uma diferença entre o moinho de vento, a ponte de madeira sobre o rio, a semeadura e a colheita destinadas à sobrevivência do camponês, o guarda florestal que percorre as trilhas entre as árvores, de um lado, e a usina hidroeétrica, a agroindústria e a indústria madeireira, de outro. No primeiro caso, dir-se-ia que há uma espécie de continuidade entre a produção natural e a interferência humana. O moinho de vento significa: deixar que aconteça o movimento do vento sobre o movimento das pás; a semeadura e a colheita significam: deixar acontecer o processo natural das estações; a ponte de madeira significa a primazia do rio a ser transposto; o guarda florestal significa o guardador das árvores. No segundo caso, o vento, o rio, a floresta, a terra significam reserva de energia a ser extraída, processada e consumida. Desse ponto de vista, árvore é madeira e carvão; rio é possibilidade de acionar turbinas; ponte é possibilidade de transportar mercadorias (SILVA, 2007, p. 370-371).

Desse modo, a compreensão da técnica moderna em Heidegger caminha para a direção do comprometimento, superando a ideia de “apenas *fazer* algo, a *partir de alguma coisa*, para um *certo fim*” (SILVA, 2007, p. 369) e revelando, assim, que uma operação seria um ‘*deixar acontecer*’, um ‘*ocasionamento*’ ou o que ‘vem a aparecer’.

A essência da técnica, tanto a moderna quanto a manual, permanece a mesma, ela ainda é um desocultamento. Contudo, diferente da postura do homem na técnica manual que era um intermediário, um “ente para o qual, e através do qual, o Ser manifestava o seu tornar-se visível”, na técnica moderna, o desocultamento é interpretado pelo homem como “um ato consciente e próprio da sua razão e de acordo com as leis da sua lógica”. Assim sendo, a técnica moderna não se configura mais como uma ‘produção’, mas sim como uma ‘provocação’, que significa que “os entes são provocados a realizarem-se, conforme determinado por um outro ente – que é o homem –, e não conforme o seu ser próprio” (OLIVEIRA, 2006, p. 68).

A descrição, sob essa abordagem, configura-se como uma técnica moderna, pois implica tecnologia, linguagem e objetividade, contudo, ainda hoje é elaborada sob forte viés tradicional.

2.3 A TÉCNICA EM VIEIRA PINTO

Vieira Pinto (1909-1987) foi catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, hoje intitulada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde

lecionava a disciplina História da Filosofia. Foi um importante nome nos debates sobre o pensamento desenvolvimentista brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 (TAUCHEN, 2006, p. 3).

Vieira Pinto inicia sua explanação enunciando que existe uma confusão simplista envolvendo as percepções sobre a técnica, que passam por considerá-la uma substância, um objeto, atribuindo assim propósitos, como se fosse possível encontrar a técnica em face de uma coisa ou de uma pessoa. A expressão desse engano encontra-se no seu emprego com o valor gramatical de substantivo abstrato.

No entanto, de acordo com Vieira Pinto (2005), a palavra técnica indica um adjetivo e não um substantivo. A forma latinizada “*techna*”, de uso raro, com o significado de “astúcia”, “manha”, por ação do substantivo “*technicus*”, designando mestre de algum ofício artesanal, foi traduzida pelos latinos em sentido geral de arte. Por motivos semânticos o adjetivo “técnico(a)” foi considerado um substantivo, permanecendo nas línguas modernas dessa maneira.

Entretanto, Vieira Pinto (2005, p. 175) questiona o significado inicial da expressão técnica ao elaborar a seguinte interrogação: se originalmente técnica era “um adjetivo, a que ser, a que coisa e a que ato se aplicava?” Em resposta a essas questões, Vieira Pinto afirma que o adjetivo destina-se ao ato da produção de algo, portanto, o ato que necessita ser compreendido como técnico ou não. E o que recebe essa qualificação é o ato de produzir. Logo, a existência humana é definida pelo ato de produzir, porque por meio dele o ser vivo consegue raciocinar sobre si.

Ao conceituar a técnica como a característica de uma ação, Vieira Pinto (2005, p. 175) declara que o homem expressa o ato de produzir como uma mediação na obtenção de um propósito da consciência humana, realizando, dessa maneira, o que no pensamento existe no estado de concepção subjetiva. A mediação, que ocorre no plano objetivo, transforma objetos pela criação de novas substâncias e coisas. Essa produção é dada pelo emprego das energias dos fenômenos naturais, antecipadamente possuídas pelo homem, e pela aplicação dos próprios corpos.

Com isso, a definição de técnica como uma qualidade do ato produzido materialmente é transferido do ato ao agente, ao homem que pratica atos técnicos. Vieira Pinto (2005, p. 176) explica que em detrimento dos mecanismos de abstração do conhecimento, o entendimento do ato de produzir distanciou-se da ação do agente, abrindo caminho para a

compreensão da técnica como substantivo. Porém, a transferência do termo foi posta como uma qualificação do homem que pratica o ato técnico, originando assim o indivíduo “técnico”.

O “técnico” personifica o possuidor da “técnica” sendo geralmente um trabalhador a quem se conferem “recursos intelectuais limitados, que deverão levar ao fim pretendido, a retomada do funcionamento normal do aparelho ou da máquina” (PINTO, 2005, p. 177).

Vieira Pinto conclui que o significado do termo técnica é conservado adjetivamente quando são mencionados os comportamentos e modos de operar, e por outro lado, subjetivamente, ao falar na pessoa do operador e de um conceito abstrato.

A substantivação da técnica destina-se a realizar, de má-fé, a adjetivação do homem [...], mediante a antropomorfização da técnica, faze[ndo] passar para segundo plano o papel real desempenhado pelos homens.[...] A substantivação não representa portanto um lapso chocante. Estabelece a escamoteação que servirá de ponto de partida para a formação de um sem-número de pseudoproblemas de formulações inconsistentes nas quais a razão se perde, despendendo energia em vão, para buscar o entendimento de teorias ininteligíveis, desnorteadoras e resolver falsas questões propostas como puro despistamento da inteligência curiosa, à qual são dadas tarefas ociosas, com a simples finalidade de mantê-la inutilmente ocupada (PINTO, 2005, p. 180).

Assim sendo, a substantivação da técnica oculta propositalmente o papel do homem, excluindo-o assim do ato de produzir, conferindo às máquinas atitudes humanas, como se elas surgissem e trabalhassem sozinhas. Vieira Pinto conclui que a noção humanista da técnica é evitada em detrimento da concepção naturalista da máquina.

A descrição, nesse contexto, assim como o catalogador que a produz, são diminuídos a uma compreensão substantiva da técnica, que é desvinculada da sua faceta humanista.

2.4 A TÉCNICA COMO UMA QUALIDADE DA AÇÃO HUMANA DE DESCRIVER DOCUMENTOS

No que concerne ao conceito da técnica foi possível perceber como o termo é ambíguo quando não é trabalhado do ponto de vista conceitual. A partir das explanações anteriores essa seção propõe-se desenvolver três pontos que discutirão o processo descritivo a partir das falas dos filósofos; são eles: em Aristóteles, a relação entre teoria/*episteme*, técnica e ação; em

Heidegger, a diferença entre técnica manual e moderna; e em Vieira Pinto a dicotomia técnica *versus* humanismo. A norma como linguagem da técnica moderna também vai ser discutida.

O primeiro ponto a ser discutido é a relação entre teoria/*episteme*, técnica e ação. Segundo Aristóteles, o conceito de técnica perpassa esses três níveis. A técnica é o modo de ser reflexivo e preditivo do homem sobre algo que se vai conceber materialmente. A teoria é um modo de prática que não necessita da matéria nem interfere nela. Logo, a técnica é uma qualidade de uma ação submetida a uma teoria que a justifica.

A atividade ou ação de representar documentos faz-se por uma técnica, pois se caracteriza como um ato de produzir uma mensagem a partir de um objeto que demanda conhecimento preditivo, envolvendo instruções que explicam a forma como deve ser executado tal processo. As instruções, inclusive, refletem um acúmulo de gerações transmitido de modo objetivo e racional.

A ação de descrever ou representar, em outras palavras, o ato de produzir uma representação ou uma descrição, não é uma característica da técnica substantiva, conforme menciona Vieira Pinto. Esse ato executado pelo intelecto produtivo humano produz um conhecimento materializado pela escrita, comportando uma tecnicidade complexa que é interiorizada por regras utilizadas para realizar a atividade.

A materialização desse ato de produzir é percebida em catálogos e bibliografias. Os modos de fazer não se encontram explícitos nesses produtos; o conhecimento preditivo utilizado para agir sobre um objeto encontra-se explicitado não só em manuais que foram criados para subsidiar a elaboração de tais produtos, corporificando um conhecimento científico acerca da técnica de descrição, mas também no conjunto de princípios e reflexões que sustentaram a descrição presentes em pesquisas empíricas.

Crippa comenta que a disparidade entre teoria e prática foi evidenciada no Iluminismo presente na *Encyclopedie* das ciências, artes e ofícios de Diderot e D'Alembert.

Enquanto as ciências se constituem como sistemas construídos dotados de regras, as Artes são técnicas à espera de uma teorização: se as ciências estudam o objeto contemplando, as artes, por outro lado, se ocupam do objeto executado. Esta divisão se repete no próprio âmbito da Arte, que de um lado se pensa por “regras”, e por outro se executa por “práticas” regidas, ambas, pelo repertório dos “manuais”, que não se elaboram através da discursividade teórica, mas como afirmação da continuidade e melhorias das próprias práticas: o Manual se aprende, mas não se formula como objeto de discussão (CRIPPA, 2010, p. 5).

A técnica de descrever se constitui como Memória implícita, como uma escolha e associação na organização da informação, tendo por base uma lógica enunciativa e um discurso construído pela necessidade de cada cultura.

O segundo ponto, tendo por base os apontamentos de Heidegger, divide o entendimento de técnica em dois planos: o primeiro referente ao ideal grego, a técnica manual; e o outro, a moderna técnica das máquinas de força, a técnica moderna.

A técnica manual faz-se pela prática enraizada no território cultural, a qual depende da sabedoria que a cultura vai transmitir, valorizando o acúmulo de experiências deixadas ao longo das gerações. Por ser feito por uma prática, possui um conhecimento que não deve ser desprezado. Mediante o exposto, o conceito de catalogação manual pode receber significativas contribuições.

A catalogação manual é entendida como a elaboração de fichas catalográficas, com o propósito de alimentar catálogos manuais. Essa atividade, considerada tradicional, possui sim um pensamento intelectualizado, uma linguagem que responde por funções específicas. A catalogação manual é uma técnica moderna, apresentando características no que concerne ao ato de produção, exigindo habilidade e/ou conhecimento preditivo. Contudo, com o intuito de minimizar o tradicional construiu-se um discurso de que a técnica manual não apresenta reflexão, consistindo em uma rejeição a qualquer inovação e um afeiçoamento pleno ao passado.

A não “cientifização” da prática biblioteconômica gerou: a permanência da tradição, menos por reflexão que por sua ausência, pois não se buscou nem a novidade nem o novo; ou a instauração da novidade por adoção impensada, seja como pretensão ao moderno (como mera negação do antigo), seja pelo ensejo de inclusão no modernismo, no sentido da lógica da fabricação, que se fundamenta na produção e no consumo massificados (ORTEGA, 2002, p. 11).

A técnica moderna fundamenta-se numa forma de questionamento da experiência do mundo chamada de ciência. Sua implementação é dada pela autonomia do saber técnico, tanto associado a uma cultura demarcada geograficamente como em relação a um saber tradicional. Trata-se de dispositivos organizados a tornar compatível o funcionamento e a estrutura de elementos técnicos.

O saber na técnica moderna é especializado e sua transmissão é feita por meio da aprendizagem da concepção discursiva da estrutura e das regras de funcionamento. A linguagem caracteriza-se por uma técnica moderna registrando o discurso do saber moderno e da experiência do mundo.

Nesse sentido, a modalidade moderna utiliza a escrita como maneira de racionalizar as operações criando, para isso, as normas. Normalizar pode ser entendido como codificar procedimentos para resolver problemas que se repetem com frequência, ordenando seus dados com um critério unificado e lógico, garantindo, assim, a solução (GONZÁLEZ DE GUZMÁN, 1952 *apud* GARCÍA GUTIÉRREZ, 1985); ou também poder ser a forma de aplicar e estabelecer regras com o fim de por em ordem um campo de atividade determinado, com o interesse e participação de todos os setores envolvidos (SANDERS, 1972 *apud* GARCÍA GUTIÉRREZ, 1985).

A normalização evidencia uma elaboração e aplicação de regras ou normas que são resultado de um estudo realizado coletivamente, servindo de base para o entendimento e resolução de problemas repetitivos. Logo, a normalização tem como objetivo a elaboração e a aplicação de normas e as normas são diretrizes que devem ter por base as causas, métodos ou resultados de uma atividade determinada que necessita de regulação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1985).

A norma é toda regra de conduta de observação obrigatória. Ela em si mesma não tem valor, mas sua aplicação é o que a viabiliza. Uma norma deve repousar sobre bases científicas eficazes e apoiar-se em resultados diretos comprovados técnica e cientificamente. Todas as normas se desenvolvem em três dimensões: a) objetos – matérias ou assuntos que se deseja normalizar; b) aspectos – facetas que vão se normalizar com respeito ao objeto: análises, métodos, códigos, efeitos; c) espaço – referindo ao âmbito territorial de aplicação: institucional, local, nacional, regional e internacional (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1985).

González de Guzmán (1952 *apud* GARCÍA GUTIÉRREZ, 1985) divide as normas em duas tipologias: a) absolutas ou científicas: que definem conceitos fundamentais da ciência, das terminologias e tem caráter de generalidade e permanência; b) industriais e técnicas: não devem ser gerais e nem permanentes, sendo atualizadas mediante demanda no desenvolvimento industrial.

A norma tem um caráter objetivo. Desde o momento em que precisa salvaguardar a objetividade de uma informação, de um acordo, surgem diversos fatores que põem em perigo o sentido dessa objetividade. Os perigos advêm do subjetivismo gerado pelos particularismos e interesses minoritários que podem ser nomeados de duas maneiras: o político-ideológico e o econômico (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1985).

O conjunto de práticas pensadas, elaboradas e efetuadas viabilizou a criação da normalização de uma dada técnica. Inicialmente preparadas para um objeto específico, depois baseadas em conhecimento acerca de aspecto específico, essas normas foram trabalhadas para objetos semelhantes.

O mundo da técnica é aquele da compatibilidade, da padronização, sem o que não há nem difusão nem circulação. A técnica é normalizadora em seu próprio desenvolvimento, e a discussão sobre as normas é sempre uma questão política e cultural, mas a normalização é a passagem obrigatória que faz do planeta um todo interconectado ou intraconectado, logo, que cria uma interdependência crescente (DEBRAY; FINKIELKRAUT, 1996, p. 224).

A demarcação da técnica manual e da moderna pode ser evidenciada na produção do livro. Philip Gaskell, pesquisador da história do livro, divide o período da imprensa em dois momentos: o período da imprensa manual compreendido pelos séculos XVI a XVIII (o século XV seria de experimentação); e o período da imprensa mecânica compreendendo todo o século XIX e a primeira metade do século XX (REYES GÓMEZ, 2005). Reyes Gómez (2005) afirma que a segunda revolução do livro se inicia no século XIX, em especial em suas três primeiras décadas.

A era industrial inicia-se na aplicação das máquinas têxteis, trabalhadas para fiar o algodão, até chegar à indústria da lã. O século XIX é marcado pelo aprimoramento de todas as invenções da segunda metade do século anterior. Esse processo industrial é circunscrito por “um processo mental, social e político exigindo duzentos anos para se caracterizar completamente, dando ao mundo uma fisionomia incomparável, como a de todos os períodos históricos precedentes” (MARTINS, 2001, p. 226).

O processo técnico industrial do século XIX introduziu na produção dos documentos profundas transformações, e essa mudança representou uma modificação do homem frente à palavra escrita até então não ocorrida, desde a invenção da imprensa por Gutemberg, no século XV. A mecanização do trabalho humano colocou o tempo como um fator da produção, noção desconhecida até então, e caracterizou uma civilização completamente nova. “O que se chama de ‘organização científica’ ou ‘racional’ do trabalho não passa dessa tomada de consciência do minuto, expressão sem sentido para os nossos antepassados, que costumavam contar séculos” (MARTINS, 2001, p. 227).

A tipografia, a partir de meados do século XIX, transforma-se de artesanato para industrial, adquirindo características de uma atividade fabril. Martins (2001, p. 232) apresenta três sinais que marcaram essa transformação:

- 1) O volume da produção – a principal característica industrial. O sistema industrial substituiu a produção por unidade, individualizada e lenta, por uma produção quantitativa, uniforme e rápida. Isso não é sinônimo de uma baixa qualidade dos produtos; pelo contrário, as preocupações com a qualidade estão nos mecanismos de padronização e redução das diferenças. O produto industrial, desse modo, é superior ao artesanal, pois obtém uma exata semelhança entre todos os exemplares.
- 2) O maquinismo – o aumento na produção-hora só foi possível pela introdução do maquinismo nas atividades tipográficas.
- 3) A organização mercantil – a imprensa rejeitou as preocupações de valor e beleza, de conteúdo literário ou artístico, para promover as possibilidades comerciais.

Os procedimentos manuais de produção do livro continuaram sendo realizados para edições de bibliófilos, tiragens limitadas e obras especiais. As técnicas aperfeiçoadas no século XIX de produção do livro proporcionaram ilustrações interessantes de obras científicas e fidelidade perfeita aos procedimentos artísticos de gravação (FINÓ, 1954, p. 178).

O terceiro e último ponto repousa sobre a dicotomia técnica *versus* humanismo. Na técnica subjetivada, de acordo com Vieira Pinto, o homem possui recursos intelectuais limitados com o intuito de retomar a funcionalidade de um aparelho ou da máquina. Já a noção humanista da técnica, ligada a sua adjetivação, atribui ao homem a função de operacionalizar, pois, por meio desse ato, o ser humano consegue raciocinar sobre si.

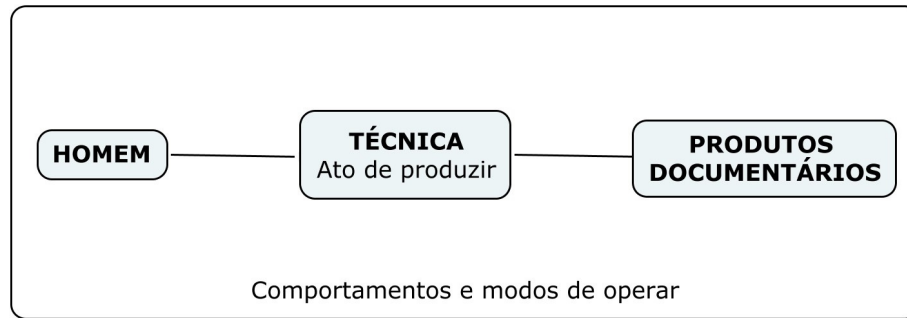
Ao discutir sobre o termo humanismo, Abbagnano (2007, p. 518) indica duas noções utilizadas: “I) o movimento literário e filosófico que nasceu na Itália na segunda metade do século XIV, [...] constituindo a origem da cultura moderna; e II) qualquer movimento filosófico que tome como fundamento a natureza humana ou os limites e interesses do homem”.

O filósofo Debray formula uma definição provisória sobre humanismo, indo de encontro com a segunda noção apontada por Abbagnano (2007). Para Debray (1996, p. 213) o humanismo é a “teoria que faz do homem a medida de todas as coisas, logo, do mundo; a atitude de pensamento que instaura um sujeito soberano diante ou acima do mundo material técnico”.

O humanismo no âmbito da técnica buscaria deslocar o foco de um “‘saber-fazer’ para um ‘saber-pensar’/‘saber-dizer’, da prática para o exercício teórico” (CRIPPA, 2010, p. 4). No âmbito da técnica do processo descritivo o homem, reconhecido como objeto central,

produziria a representação documentária entendendo as implicações, as ações e os mecanismos voltados à elaboração de tais artefatos, conforme Figura 1.

Figura 1 – A técnica como modo de realizar a mediação



Fonte: O autor (2015).

No entanto, a técnica como mediação tem sido realizada segundo o que Davallon (2007) denomina de duplo determinismo técnico e social. O técnico é concebido pelos instrumentos utilizados na estrutura da prática; e o social é entendido em função das formas de uso e do sentido firmados pela prática que se reproduzem no corpo social. Esse duplo determinismo é ligado a duas definições tradicionais da comunicação: modelo da informação, que compreende a comunicação como transmissão de informação entre um lado emissor e outro receptor; e o modelo da interação, que concebe mais relevância à relação entre sujeitos sociais do que a informação que circula entre eles.

Davallon (2007) argumenta que não é possível apreender conjuntamente o técnico e o social na aplicação destas duas concepções da comunicação, pois falta um terceiro elemento para tornar possível a troca social. E esse seria a dimensão simbólica da mediação, visto que a “mediação se encontra diretamente ligada ao funcionamento simbólico da sociedade” (DAVALLON, 2007, p. 14).

A noção de mediação denota um processo de tecnicização e ao mesmo tempo uma ação subjetiva influenciada pelas práticas de comunicação (DAVALLON, 2007, p. 9). Desse modo, a técnica do ponto de vista do humanismo proporcionaria um corpo social a partir de elementos separados, uma linguagem a partir das operações técnicas sobre a matéria e uma instituição a partir da realização e da ação, ou seja, das práticas sobre dispositivos (DAVALLON, 2007, p. 19).

O nível de interiorização dos procedimentos para a realização de uma determinada ação revelaria a existência de uma tecnicização ou não. O significado de técnica talvez tenha sido diminuído por influência da divisão do trabalho entre os que planejam e concebem e os que executam, culminando na valorização dos planejadores e pensadores em detrimento do papel dos executores.

3 AS VARIAÇÕES TERMINOLÓGICAS VIGENTES NA DESCRIÇÃO

Neste seção, apresentar-se-á a Terminologia como campo de estudo, evidenciando sua atual importância e apresentando alguns de seus métodos para a delimitação de domínios, para então analisar termos adotados sobre a descrição ou em torno dele. O objetivo é observar o grau de estabilidade ou de instabilidade do conhecimento sobre descrição.

3.1 TERMINOLOGIA

O campo de estudo da Terminologia se ocupa do conjunto de termos de um domínio e dos conceitos relacionados por uma especialidade. Os discursos orais e escritos produzidos por uma área constituem um universo marcado por uma norma discursiva própria (BARROS, 2004, p. 34, 46).

Como disciplina, a Terminologia teve origem nos trabalhos produzidos na Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia e União Soviética durante a década de 1930. A tradução desses estudos influenciou a formação das escolas de Viena, Praga e a escola soviética, e em paralelo impactou pesquisas desenvolvidas nas universidades da Alemanha, dos países nórdicos e do Reino Unido e, no final da década de 1970, no Canadá (FELBER, 1987 *apud* LARA, 2005, p. 1). Essas escolas, em suas diferentes abordagens (lógico-cognitivista, linguística e comunicacional) se fazem presentes nas pesquisas desenvolvidas contemporaneamente ao redor do mundo.

A perspectiva contemporânea da Terminologia analisa o termo sem restringir-se ao âmbito normativo, mas sim aos diferentes contextos discursivos, identificando na unidade significativa o seu valor de uso. Destacam-se como estudos contemporâneos da Terminologia: a Teoria Comunicativa da Terminologia, com os trabalhos de Cabré (2005) e os estudiosos do Instituto de Linguística Aplicada de Barcelona; a Socioterminologia, com os estudos de Auger no Canadá e Gaudin na França; a Terminologia Cultural, com Diki-Kidiri do Senegal; a Terminologia Cognitiva, com a pesquisadora Rita Temmerman na Alemanha, e outros trabalhos que produzem pesquisas da Teoria do Discurso e da Linguística Textual, voltadas aos aspectos linguísticos, semióticos e pragmáticos (LARA, 2005, p. 2).

Tálamo e Lara (2006, p. 210) elucidam alguns estudos das perspectivas contemporâneas da Terminologia. A Teoria Comunicativa “faz críticas ao reducionismo da Teoria Geral da Terminologia, propondo observar o fenômeno terminológico no interior da linguagem a partir de seu caráter comunicativo”; a Socioterminologia “ressalta o uso social dos termos, rejeitando a excessiva ênfase dada à normalização pela Teoria Geral da Terminologia”; a linha cognitiva “concebe a formação do conceito como algo independente da língua e vê no signo linguístico apenas a parte significativa, atribuindo-lhe uma função meramente instrumental a serviço da denominação”.

A Terminologia começou a ser institucionalizada no Brasil em meados dos anos 1980 pela contribuição de especialistas de outras disciplinas. Nos centros de pós-graduação foi trabalhada nos cursos de Lexicologia e Lexicografia, da Universidade Federal de Brasília, da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A expansão da Terminologia se deu prioritariamente pelos pesquisadores formados nesses centros (BARROS, 2004, p. 36).

O espaço da Terminologia ocupa-se dos sistemas de significados. Segundo Kandelaki (1981 *apud* CAMPOS, 2001, p. 70), a Terminologia trabalha com dois sistemas: o sistema de significados da terminologia de formação natural e o sistema de significados da terminologia ordenada.

O primeiro sistema reúne definições preliminares, as quais têm uma característica particular. “Cada uma delas foi elaborada para um conceito tomado em separado, independentemente do conteúdo dos outros conceitos que lhe são ligados” (CAMPOS, 2001, p. 70). As definições desse sistema refletem opiniões das diferentes escolas, orientações e momentos marcados pelo desenvolvimento cronológico da formação do conceito (KANDELAKI, 1981, p. 161 *apud* CAMPOS, 2001, p. 70).

O segundo sistema, o da terminologia ordenada, é concebido no âmbito da comunicação científica. Para a ordenação, os conceitos constituídos pelo conhecimento científico são arranjados em um sistema (KANDELAKI, 1981, p. 161 *apud* CAMPOS, 2001, p. 70). A ordenação dos conceitos serve para compreender as regras, segundo as quais eles produzem outros conceitos e não apenas para identificar os conceitos e suas relações mais próximas.

Os estudos terminológicos fornecem as bases teóricas e metodológicas para inúmeras pesquisas, tendo aplicações no ensino de disciplinas científicas como a Documentação. Na

Documentação, os conceitos ocupam um lugar no sistema de significados determinando as características genéricas e específicas dos objetos (CAMPOS, 2001).

A relação entre a Terminologia e a Documentação “se estabeleceu tradicionalmente a partir da orientação onomasiológica, quando adotou o tesouro como instrumento de tratamento da informação para fins de recuperação” (TÁLAMO; LARA, 2009, p. 64). O vínculo desses dois campos foi influenciado pela Lógica, que reconhece apenas o papel nomeador da linguagem e considera os processos de conceituação como independentes daquele. Nesse contexto, surge a Linguística Documentária, que estuda as “estruturas simbólicas da documentação e das questões linguísticas advindas da mediação necessária entre os produtores e os consumidores de informação” (TÁLAMO; LARA, 2006, p. 204). A partir da forma e das características que a atividade documentária opera na linguagem e com a linguagem, a Linguística Documentária reconhece a natureza linguística dos procedimentos documentários e, fundamentada pela experiência prática de construção de linguagens documentárias, propõe combinar os procedimentos onomasiológico e semasiológico (TÁLAMO; LARA, 2009).

Baldinger (1966), linguista e filólogo suíço, ao discorrer sobre onomasiologia e semasiologia explica que a estrutura onomasiológica é baseada na sinonímia e a semasiológica é baseada na polissemia. “A orientação onomasiológica é importante para a Terminologia porque fornece embasamento para a prescrição da relação conceito-termo” (TÁLAMO; LARA, 2009, p. 65), enquanto a semasiologia orienta a interpretação das representações mentais em textos, enunciados e discursos, chegando ao conceito. “A semasiologia focaliza os problemas sob o ângulo de quem ouve, do interlocutor que deve determinar a significação da palavra que êle entende dentre tôdas as significações possíveis” (BALDINGER, 1966, p. 30).

3.2 DESCRIÇÃO DO MÉTODO

A identificação dos termos realizada nessa seção seguiu a abordagem semasiológica, ou seja, os mesmos foram agrupados segundo suas características nocionais e seus traços semânticos, permitindo assim detectar as variadas maneiras com que um conceito encontra-se grafado (TÁLAMO; LARA, 2009).

A partir da abordagem semasiológica construiu-se um procedimento para analisar os termos seguindo quatro fases, a saber: 1) identificação; 2) seleção; 3) categorização; e 4) conceitualização.

Na primeira fase, após a leitura e fichamento dos textos sobre Catalogação e Bibliografia, percebeu-se que existem nomes diferentes para o processo de descrição nas duas áreas. Nessa fase foram identificados os termos utilizados no âmbito de catálogos e bibliografias concernentes ao processo de representação documentária descritiva.

Na segunda fase, selecionaram-se 11 termos adotados em cada uma das duas áreas sobre representação documentária descritiva. Em seguida, na terceira fase, os 11 termos foram divididos em duas categorias: processos e produtos.

Na quarta e última fase, chamada de conceitualização, foram feitas sintetizações a partir das semelhanças entre os conceitos identificados nos dicionários e nos textos dos autores trabalhados na pesquisa, que constam no Apêndice, produzindo assim uma nova definição. Os dicionários especializados utilizados na quarta fase estão elencados abaixo:

- FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. **Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia**. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999.
- LE DICTIONNAIRE. França: L'École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, [2012]. Disponível em: <<http://www.enssib.fr/le-dictionnaire/>>.
- THOMSON, Elizabeth H. (Prep.). **A.L.A. glossary of library terms: with a selection of terms in related fields**. Chicago: ALA, 1943.
- TILLET, Barbara (Ed.). **Multilingual dictionary of cataloguing terms and concepts**. [S.l.]: IFLA, 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/multilingual-dictionary-of-cataloguing-terms-and-concepts-muldicat>>.
- VOCABULAIRE de la documentation. Paris: Association des Professionnels de l'Information, 2004. Disponível em: <http://www.adbs.fr/vocabulaire-de-la-documentation-41820.htm?RH=1359970381776&RF=OUTILS_VOC>.
- WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich (Comp.). **Terminology of documentation: a selection of 1200 basic terms published in English, French, German, Russian and Spanish**. Paris: Unesco, 1976.

Os dicionários impressos escolhidos para a identificação dos conceitos fazem parte da coleção de referência da Biblioteca Etelvina Lima, da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Como o acervo da Biblioteca é amplo, a seleção circunscreveu obras voltadas aos conceitos provenientes de processos de organização da informação. Por essa razão, alguns dicionários genéricos não fizeram parte dessa listagem. Os dicionários disponíveis *online* foram selecionados por indicações da banca na qualificação dessa pesquisa e pela troca de informações com outros colegas de pós-graduação que desenvolvem pesquisas na linha de Organização e Uso da Informação no PPGCI/UFMG.

Após as quatro fases montou-se uma planilha, que se encontra no Apêndice dessa pesquisa, em três colunas relativas a Termo, Conceito e Fonte. Nela, preencheram-se os significados apresentados nas fontes de informação selecionadas.

3.3 ANÁLISE DOS TERMOS E SÍNTESE CONCEITUAL

A representação dos documentos ao longo dos anos foi materializada e estruturada de diferentes maneiras até chegar ao que, atualmente, se entende por um registro bibliográfico. O caráter essencial do registro bibliográfico pode ser expresso por

um conjunto matriz de elementos informativos de um item bibliográfico, agrupados em uma estrutura lógica. Quando os dados são armazenados em formato legível por máquina, o registro se refere a um registro matriz de que se derivam todos os produtos. Um registro se relaciona geralmente somente a um título (SEAL; BRYANT; HALL, 1982, p. 8, tradução nossa).

No entanto, o modo de construção do registro bibliográfico no tempo, no que tange às soluções práticas e aos estudos propostos, levou ao surgimento de uma terminologia diversa, revelando uma base conceitual relativamente comum e algumas diferenças, a depender da origem de cada proposta. Essas propostas têm como origem, de um lado, a transposição das fichas catalográficas manuais para registros bibliográficos de catálogos produzidos em meio eletrônico e, de outro, a conversão das bibliografias especializadas impressas para as bases de dados especializadas no âmbito dos sistemas de informação científica.

A descrição, ou representação documentária descritiva, componente do registro bibliográfico decorre, assim, desse percurso. A atividade de representação documentária descritiva é entendida como a construção de uma estrutura por meio de um processo de

condensação identificativa e formal do objeto original segundo um conjunto de normas de catalogação. Estão presentes, na representação documentária descritiva, produtos e processos documentários. Por processos são compreendidos o conjunto de operações, envolvendo decisões com vista à representação da informação concebida com a finalidade de produzir resultados específicos. E por produto entende-se o resultado da realização de um processo específico ou de uma atividade humana.

Os 11 termos selecionados sobre representação documentária descritiva são os que seguem: descrição, descrição bibliográfica, análise formal, catalogação, catalogação descritiva, catálogo, representação descritiva, referenciação bibliográfica, bibliografia, bibliografia descritiva e referência bibliográfica.

No dicionário especializado de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcanti (2008) fazem uma compilação de designações de outros autores e apresentam a seguinte definição para ‘catalogação descritiva’: “escolha da entrada principal e das entradas secundárias, transcrição da página de rosto, impressão, colação e demais dados descritivos” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 71). A indicação da entrada principal e das entradas secundárias faz supor que a definição apresentada é representativa do modelo anglo-americano de elaborar fichas catalográficas, sendo assim entendido e nomeado por catalogação descritiva. Os autores relatam que, a partir da década de 1970, a expressão catalogação descritiva teria sido substituída por descrição bibliográfica, além de apresentarem uma remissiva ‘ver também’ para este termo. Todavia, não explicam e nem apresentam referências que justifiquem o motivo que tenha levado à alteração do nome catalogação descritiva a que se referem.

No verbete ‘catalogação’ do mesmo Dicionário, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 70), apresentam as seguintes definições:

2. processo técnico para registro e descrição de itens tendo em vista a organização de catálogos.
3. Em sentido mais amplo, a catalogação abrange não somente a descrição bibliográfica, mas também a análise temática com seus produtos, entre eles a identificação temática.

Na parte 3 dessa definição consta que a catalogação abrange os conceitos da **descrição bibliográfica** e da **análise temática**. A análise temática pode ser entendida como a análise do documento que traduz a sua essência em conceitos e a descrição bibliográfica corresponde ao

registro dos elementos, retirados do item em processo de catalogação e fontes de referência, capazes de identificar este item por suas características. São, p. ex., elementos de descrição: título, autor, edição, local, editor,

gravadora (para discos), data, número de páginas, tempo (para filmes e discos), entre outros (MEY; MENDES, 1989, p. 6).

Em uma abordagem mais abrangente, o termo Catalogação abarcaria tanto a catalogação descritiva, incluindo a descrição bibliográfica, quanto a análise temática.

Desse modo, vale observar as regras de catalogação descritiva da LC, de 1956, quanto à peculiaridade do termo catalogação descritiva para esta instituição, que também é nome da divisão responsável pelo processo de identificação e descrição dos objetos.

O termo [catalogação descritiva], sob o aspecto biblioteconômico, é geralmente empregado para distinguir a parte da catalogação que trata da identificação e descrição de qualquer objeto (não somente livros) que figure na coleção da biblioteca, da que se ocupa da análise do seu conteúdo. Esta distinção tem sido a base da organização da catalogação na *Library of Congress*, onde as duas partes componentes do processo de catalogação se efetuam, respectivamente, numa Divisão de Catalogação Descritiva e numa Divisão de Catalogação de Assuntos (LIBRARY OF CONGRESS, 1956, p. 1).

Quanto à descrição bibliográfica, este e a catalogação descritiva não representam a mesma função, apesar de fazerem parte do mesmo processo que é o da catalogação. A catalogação descritiva inclui a elaboração dos pontos de acesso e os elementos descritivos dos itens, e a descrição bibliográfica é uma parte da catalogação descritiva, pois se concentra na construção das descrições dos documentos sem trabalhar os pontos de acesso.

A seguinte observação de Eliane Mey (1987, p. 40) é de interesse a este trabalho: antes da publicação da ISBD, no ano de 1971, havia restrita literatura sobre descrição bibliográfica, mas as produções pós-ISBD “não se voltam a princípios teóricos, embora a descrição [bibliográfica] ocupe um espaço bem mais amplo”. Mey (1987, p. 40) entende que as publicações sobre catalogação anteriores à divulgação da ISBD não se preocupavam com a questão do por que registrar elementos dos documentos. Na ausência de normas estabelecidas internacionalmente, as representações dos documentos produzidas pelos catalogadores continham suas próprias interpretações a respeito de como proceder à descrição ou transcrição, acarretando, assim, diversidade na forma de apresentação dos elementos. A partir da ISBD, o procedimento da descrição bibliográfica passou a ser mais claro. A norma, como linguagem da técnica moderna, ocupa nesse sentido a função de prescrever um processo e não de fundamentar o processo, embora o faça a seu modo.

Dentre os autores citados nestes verbetes do dicionário de Cunha e Cavalcanti (2008), Eliane Mey é uma das autoras mais profícuas sobre o tema no Brasil. Para ela e Silveira (2009), a catalogação abrange não só o estudo, mas também o preparo e a organização dos

registros. As autoras deixam implícito que concordam que a análise temática faça parte da catalogação, definindo-a como

o estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7).

O entendimento da catalogação em uma abordagem abrangente, conforme explicado anteriormente, influenciado pela compartimentalização das disciplinas nos cursos de Biblioteconomia no Brasil, segmentou-se em duas grandes disciplinas: a catalogação de assunto e a catalogação descritiva. “A catalogação de assunto passou a ser designada como Representação Temática e a catalogação descritiva referente à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso passou a ser designada como Representação Descritiva” (SILVEIRA, 2007, p. 35).

Algo pouco explorado no Brasil é o uso do termo Representação Descritiva. O desenvolvimento teórico e metodológico da Representação Descritiva e da Representação Temática foi realizado de modo separado, o que trouxe dificuldades na articulação e no entendimento dos conceitos desses processos (ORTEGA, 2010b).

Na investigação pela origem do termo no Brasil, não usual fora do país, identificou-se que o registro da expressão Representação Descritiva foi mencionada pela primeira vez no Brasil nos debates, fomentados pelos cursos de Biblioteconomia, que decorreram no Currículo Mínimo de Biblioteconomia de 1982.

A aprovação do segundo Currículo Mínimo de Biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação (CFE), por meio da Resolução n. 8, de 29 de outubro de 1982, teve como antecedentes debates, propostas e sugestões da classe para a reformulação do primeiro Currículo Mínimo de 1962. Sua implantação foi dada no ano de 1984, passando a constituir-se de três grupos de matérias a partir de uma nova estruturação de conteúdos que possibilitasse, dessa forma, uma diferença na formação técnica e intelectual do bibliotecário.

a) Matérias de fundamentação

Comunicação;

Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo;

História da cultura.

b) Matérias instrumentais

Lógica;

Língua portuguesa e literatura da língua portuguesa;
 Língua estrangeira moderna;
 Métodos e técnicas de pesquisa.

c) Matérias de formação profissional

Informação aplicada à Biblioteconomia;
 Produção dos registros do conhecimento;
 Formação e desenvolvimento de coleções;
 Controle bibliográfico dos registros do conhecimento;
 Disseminação da informação;
 Administração de bibliotecas (BRASIL, 1982, p. 20787).

O documento produzido pelo Grupo de Trabalho, constituído por professores de Instituições de Ensino Superior, em novembro de 1980, aprovado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (SESu/MEC), e encaminhado ao CFE como um anteprojeto da resolução, apresenta pela primeira vez, segundo identificado na pesquisa, o registro do termo Representação Descritiva.

Entre as **Matérias de formação profissional**, a ementa da disciplina ‘Controle bibliográfico dos registros do conhecimento’ configura-se da seguinte maneira:

Ementa:

Organismos nacionais e internacionais envolvidos com o controle bibliográfico. Fontes bibliográficas. Organização e Processamento dos Registros da informação. Formas de representação dos registros da informação. **Representação descritiva:** catalogação e referenciação bibliográfica. Representação temática: classificação, indexação e resumo.

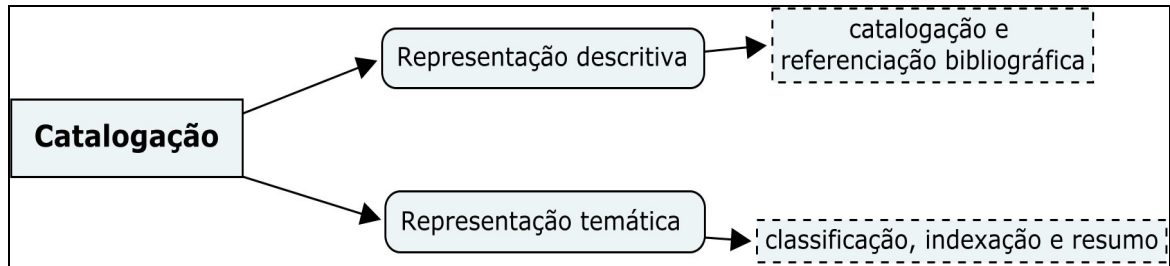
Objetivos:

Capacidade de analisar, avaliar, selecionar e utilizar fontes bibliográficas. Capacidade de elaborar instrumentos de controle bibliográfico em função dos serviços bibliotecários (BRASIL, 1981, p. 19, grifo nosso).

Lourenço e Alvarenga (2007, p. 1), ao discutirem os objetivos da representação descritiva, afirmam que até a década de 1980, para os autores da área de Ciência da Informação, a “representação descritiva teve o seu desenvolvimento atrelado à prática da catalogação e da bibliografia, sempre com a preocupação principal de identificar os elementos essenciais e complementares necessários para uma representação documental satisfatória e universal”.

Nessa perspectiva, os conceitos compreendidos no âmbito do ensino de Biblioteconomia podem ser esquematizados da seguinte maneira, na Figura 2:

Figura 2 – Conceitos em torno da Catalogação a partir da discussão dos professores das escolas de Biblioteconomia no Brasil.



Fonte: Elaborado de acordo com as definições de Brasil (1981, p. 19).

O termo Representação Descritiva, considerando as formas denominativas catalogação e referenciação bibliográfica, está vinculado à noção de registro bibliográfico ou de referência bibliográfica, e envolve modos distintos de trabalho deste registro/referência, como a produção de catálogos e de bibliografias, e a produção dos sistemas de informação científica ou bases de dados científicas em geral, incluindo os modos de apresentação deste registro.

Na Tabela 1, os 11 termos sobre representação documental descritiva estão esquematizados, distinguindo-se os termos relativos aos processos e aqueles relativos aos produtos. O termo descrição bibliográfica consta tanto como processo quanto como produto.

Quadro 1 – Termos recorrentes presentes na representação documental descritiva

Representação documental descritiva	Processos	descrição
		catalogação
		catalogação descritiva
		representação descritiva
		descrição bibliográfica
		referenciação bibliográfica
		análise formal
	Produtos	catálogo
		bibliografia
		bibliografia descritiva
		descrição bibliográfica
	referência bibliográfica	

Fonte: O autor (2015).

Como processo, foram levantados os termos: descrição, catalogação, catalogação descritiva, representação descritiva, descrição bibliográfica, referenciação bibliográfica e análise formal. Cabe ressaltar que os termos representação descritiva, referenciação

bibliográfica e análise formal não foram encontrados nos dicionários adotados para esta pesquisa, sendo utilizados textos para a elaboração de tais conceitos. A conceitualização proposta para os termos consta a seguir.

A **descrição**, entendida como uma “representação do aspecto exterior dos seres e das coisas, por meio da palavra escrita ou falada” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 71), ou uma “ação ou resultado de expor em palavras como é ou foi (algo, um fato, um sentimento etc.)” (AULETE, 2004, p. 249), é processo documentário de organização da informação, e sua elaboração constitui-se de práticas que buscam enumerar os possíveis elementos que permitem realizar a representação de um documento com fins de identificação do mesmo.

A **catalogação** refere-se ao processo de elaboração, construção e manutenção de catálogos, que inclui a preparação das descrições bibliográficas, a determinação das formas de entradas, da atribuição de assuntos e elaboração de resumos.

A **catalogação descritiva** refere-se a um subprocesso ou uma parte da catalogação que fornece a identificação descritiva dos documentos, bem como a definição dos pontos de acesso descritivos.

A **descrição bibliográfica** trabalha com um conjunto de dados bibliográficos que descreve e identifica um recurso bibliográfico.

Sob o termo **representação descritiva** encontra-se o processo de catalogação na elaboração de registros bibliográficos e o processo de referenciação bibliográfica na construção de referências bibliográficas.

O termo **análise formal** é tratado nas operações da Análise Documentária (GARRIDO ARILLA, 1999; PINTO MOLINA, 1989; GLAUSÓ GARCÍA, 1993), que se encontra desenvolvido na próxima seção. A corrente integrada da Análise Documentária concentra dois procedimentos: a análise de conteúdo e a análise formal. A análise formal é o processo que compreende a descrição bibliográfica. Permite a identificação dos elementos de um documento, de modo a proporcionar distinção entre os documentos.

Como produto, foram identificados os termos: catálogo, bibliografia, bibliografia descritiva, descrição bibliográfica e referência bibliográfica.

O **catálogo** é uma compilação de registros bibliográficos dispostos segundo tipos de funções e de entradas, organizados de acordo com um plano definido e proporcionando acesso aos documentos.

A **bibliografia** pode ser identificada como uma disciplina, área do conhecimento, arte, ciência ou como um produto documentário. Como produto, apresenta-se como uma lista bibliográfica que segue uma ordem específica com elementos descritivos sob a forma ou a parte de documentos, permitindo a identificação dos mesmos e apresentando-se na forma de um documento secundário ou repertório bibliográfico.

A **bibliografia descritiva** é um produto específico da bibliografia em que se faz descrição pormenorizada do item, na qual são nomeados os elementos que o identificam, além do estado de conservação, encadernação e quaisquer outras particularidades consideradas importantes para a representação do documento.

A **descrição bibliográfica** como produto é a parte do registro bibliográfico relativa aos elementos de descrição de um documento.

A **referência bibliográfica** é compreendida como um conjunto de elementos descritivos, identificado a partir de um documento ou partes dele, que permite sua representação individual. É utilizado nas bibliografias e nas notas de pé de página de trabalhos acadêmicos.

O conjunto desses conceitos aponta para a discussão referente à relação entre as atividades procedimentais que envolvem a Bibliografia e a Catalogação, pois, embora possuam a mesma missão de fornecer a identificação de documentos e o acesso às suas descrições, apresentam produtos finais particulares.

Percebe-se, que o processo de descrição é trabalhado tanto na catalogação, no âmbito da descrição bibliográfica, quanto na referenciação bibliográfica, na elaboração das referências bibliográficas. Contudo, os processos são trabalhados separadamente, utilizando normas diferentes para a elaboração dos produtos. Desse modo, caberia a pergunta: o que de comum existe entre esses dois processos? Principalmente, a descrição como conjunto estruturado de conteúdos que visa a identificação de objetos, por isso, chamados de documentos. A percepção é lógica e clara, mas perde a coerência ao se trabalhar prescritivamente esses processos, na ausência da observação de que a técnica descritiva perpassa tanto a catalogação, quanto a referenciação bibliográfica.

Os processos de catalogação e de elaboração de bibliografias dispõem de orientações singulares. A catalogação tem suas peculiaridades e seus parâmetros específicos diferenciados daqueles da bibliografia. De acordo com Serrai (1984, p. 183 *apud* Pensato, 1994, p. 115), “catalogação e bibliografia têm ambas a missão de representar a descrição dos documentos;

mas suas finalidades são diferentes, resultando em diferentes critérios, métodos e técnicas de apresentação dos mesmos documentos”.

Os propósitos da catalogação são discutidos pelo autor Domanovszky ao estabelecer uma relação entre os objetos da catalogação e as funções do catálogo, dividindo-os em três classes principais.

1.a. O setor fundamental da primeira **função consiste em veicular informação sobre os objetos elementares primários**, isto é, itens fisicamente separados, nos acervos produzidos por impressão ou técnicas relacionadas, e usando a linguagem escrita como meio de comunicação, para os quais o catalogador escolhe prover acessos de acordo com as regras de catalogação padronizada.

1b. O setor complementar da primeira função consiste em veicular informação opcionalmente:

1.1. sobre objetos elementares secundários, isto é,

a) sobre componentes completos e intelectualmente separados dos conteúdos complexos do objeto elementar primário (por exemplo, sobre os trabalhos individuais contidos nos anais de um simpósio), ou

b) sobre [parte] constitutivas subordinadas dos conteúdos dos objetos elementares primários (por exemplo, apêndices, estudos complementares, prefácios, epílogos, comentários, ou outro material explicativo); e finalmente

1.2. sobre objetos elementares terciários, isto é, sobre aspectos específicos dos objetos elementares primários ou secundários (por exemplo, a atividade de tradução, edição ou revisão por uma pessoa diferente do autor, ou sobre uma participação menor de uma entidade na produção de um objeto elementar primário ou secundário, que foi ele próprio registrado, por meio tanto de uma entrada principal como por entrada secundária coordenada ou acessória, pelo título, pelo nome de outra entidade com papel de maior consequência, ou, em um único caso específico, por um autor pessoal).

2. **A segunda função consiste em fornecer informação reunida sobre todos os objetos elementares registrados no catálogo**, cujo conteúdo não-material seja tanto o original como a tradução de um texto específico, coleção de textos, ou outro conteúdo documental, ou ainda uma versão revista, aumentada, abreviada, bem como adaptação ou seleções deste texto original – seja em linguagem mais recente ou em uma tradução organizada em unidades compostas separadas.

3. **A terceira função consiste em organizar informação sobre todos os objetos elementares registrados no catálogo** sob nomes de pessoas ou “entidades” em unidades informacionais compostas, novas, cada uma das quais comunica informação reunida sobre aquela parte das produções e atividades de um indivíduo ou entidade, incluída naqueles objetos elementares (DOMANOVSKY, 1974, p. 171-172 *apud* MEY, 1987, p. 22-23, grifo nosso).

Por objeto elementar entende-se o item em si. As funções de veicular, fornecer e organizar informação sobre um item referem-se, respectivamente, ao conceito de comunicação do catálogo e à estrutura complexa que não se assemelha a uma mera lista ou inventário (MEY, 1987).

As funções da bibliografia, de acordo com Serrai (1984 *apud* Pensato, 1994), marcam um livro ou uma obra evidenciando os traços que os caracterizam, de preferência: 1) como veículos de signos (objeto de estudo da Bibliografia analítica); 2) como acontecimento tipográfico e editorial (objeto de estudo da Bibliografia descritiva); 3) como produto cultural, tecnológico e econômico (objeto de estudo da Bibliografia histórica); 4) como indivíduo de uma classe literária ou de uma classe semântica (objeto da Bibliografia enumerativa); e 5) como manifestação de um texto ou de uma categoria linguística e estilística (objeto de estudo da Bibliografia textual).

A escolha de dados assumidos no processo de descrição numa bibliografia a identificará em um dos estudos específicos da Bibliografia. Na Catalogação, a descrição é recurso de comunicação do catálogo fornecendo informação organizada.

Não é por acaso que esta interseção esteja na origem de algumas expressões e conceitos; elas representam a união entre essas duas atividades ou entre alguns resultados ou produtos do processo descritivo. A variação terminológica, nesse sentido, caminharia para uma harmonização ao demarcar as atividades e os produtos da Catalogação e da Bibliografia caracterizando suas funções e seu público-alvo.

4 A DESCRIÇÃO SOB O PONTO DE VISTA DA CATALOGAÇÃO E DA BIBLIOGRAFIA

Para uma melhor explanação, essa seção encontra-se subdividida em três seções secundárias, a saber: descrição na Catalogação, descrição na Bibliografia e descrição na Catalografia. Esse desmembramento justifica-se por entender que os processos de catalogação e de elaboração de bibliografias são considerados básicos e fundadores da descrição na área da Organização da Informação. A seção ‘a descrição na Catalogação’ se desdobra em duas subseções sob os títulos: a descrição na corrente predominante anglo-americana: catalogação; e a descrição na corrente europeia: a análise documentária. A terceira seção secundária intitulada ‘a descrição na Catalografia’ trabalha a descrição na Catalogação e na Bibliografia.

4.1 A DESCRIÇÃO NA CATALOGAÇÃO

4.1.1 A descrição na corrente predominante anglo-americana: catalogação

A predominância da corrente anglo-americana se explica pelo reconhecimento dos estudos de Panizzi, no século XIX, como sendo um dos primeiros a configurar um modo de consolidação de princípios de Catalogação. A Catalogação desenvolvida nos Estados Unidos, no final deste século e início do seguinte, foi herdeira destes avanços, e contou ainda com o desenvolvimento de vários códigos, a discussão intensa em torno do tema e, principalmente, propostas de catalogação centralizada, incluindo uso de tecnologias para a reprodução das fichas.

De fato, segundo Malinconico (1977, p. 312), já em 1898, a LC passou a produzir fichas catalográficas impressas de seu acervo e, em 1901, três anos depois, Herbert Putnam, bibliotecário da LC, inaugurou um programa que fazia cópias de fichas para outras bibliotecas nos Estados Unidos. Essa tecnologia foi um importante evento na era moderna de padronização do controle bibliográfico. Com isto foi possível aos Estados Unidos, com a ajuda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), atuarem na criação de universidades em países como a Coréia e a Índia. A partir dessa iniciativa, ocorreu também o envio regular de pessoas para se profissionalizarem ou se

aperfeiçoarem em universidades americanas e inglesas, principalmente oriundas de países onde não existiam escolas de Biblioteconomia (BARBOSA, 1978, p. 150).

Apesar de todo ineditismo no processo de aplicação tecnológica na catalogação, a LC passou a questionar seu trabalho constatando que: a compilação das regras não era realizada de modo sistemático; as regras estavam ultrapassadas; e as décadas de práticas em catalogação da LC não respondiam aos casos em que os catalogadores procuravam orientação. A comunidade norte-americana estava sentindo os efeitos de quase meio século de dependência da catalogação da LC e os problemas da catalogação cooperativa eram evidenciados quando os bibliotecários tentavam se guiar pela técnica de catalogação da LC e percebiam que desconheciam as regras em que se baseavam suas práticas (LIBRARY OF CONGRESS, 1956, p. 4).

A LC identificou a fragilidade na forma como eram divulgadas as regras e o modo não sistemático de compilação das mesmas; percebeu que as regras estavam ultrapassadas e as décadas de práticas em catalogação da LC não respondiam aos casos em que os catalogadores procuravam orientação. A comunidade norte-americana estava sentindo os efeitos de quase meio século de dependência da catalogação da LC e os problemas da catalogação cooperativa eram evidenciados quando os bibliotecários tentavam se guiar pela técnica de catalogação da LC e percebiam que desconheciam as regras em que se baseavam suas práticas (LIBRARY OF CONGRESS, 1956, p. 4; GORMAN, 1982, p.128).

Nesse contexto, Andrew Osborn, em 1941, publicou um célebre artigo intitulado “*The crisis in cataloging*” gerando grande repercussão entre os bibliotecários. O estudo de Osborn (1941) versava sobre a filosofia dos códigos e a sua relação com a catalogação, solicitando para isso uma cooperação entre os administradores e os catalogadores. O bibliotecário australiano identificou quatro teorias de catalogação em questão: legalista, perfeccionista, bibliográfica e pragmática.

A teoria legalista é considerada a dominante. Nessa teoria, as regras e definições precisam cobrir todos os pontos colocados na ficha, e as questões litigiosas são resolvidas por uma autoridade que é acionada. As decisões tomadas são puramente arbitrárias, visto que os pontos em discussão são simplesmente uma questão de gosto ou julgamento. O legalista possui três pontos fracos: o primeiro refere-se ao tratamento de assuntos que são deixados de lado; o segundo trata do processo interminável de formulação de regras e decisões que sempre são retomadas; e o terceiro ocupa-se do enfraquecimento das razões e princípios, pois a

catalogação torna-se cada vez menos uma questão de compreensão de princípios e mais uma questão de mera aprendizagem de regras e definições arbitrárias (OSBORN, 1941, p. 395, 397-398).

A teoria perfeccionista é guiada pelo desejo compulsivo que o catalogador possui de catalogar um livro em todos os aspectos com o intuito de o trabalho ser feito uma única vez. Contudo, sabe-se que classificações, cabeçalhos de assunto e outros detalhes estão sujeitos a mudanças com o passar do tempo, pois necessidades e gostos mudam e com isso os elementos da catalogação guiados por essas necessidades e gostos também se vão (OSBORN, 1941, p. 399).

A teoria da catalogação bibliográfica apresentada por Osborn (1941, p. 400) mostra como a relação entre a catalogação e a bibliografia é evidente. A catalogação é entendida como um ramo da bibliografia descritiva. A colação – conjunto de elementos descritivos, como paginação, ilustração, formato – e a área de notas são as mais afetadas nessa teoria.

E por último, a teoria pragmática, que alerta para alguns pontos: as regras e os padrões precisam ser definidos pelas práticas das diferentes bibliotecas; as descrições precisariam ter três níveis, a saber: o padrão, o simplificado e o detalhado; os métodos de catalogação cooperativa teriam que ser explorados; as regras para catalogação deveriam ser poucas e simples para que os catalogadores usassem o bom senso e não esperassem uma regra ou um precedente para orientá-los em todas as decisões (OSBORN, 1941, p. 403-404).

De acordo Gorman, (1982, p. 129), Osborn pedia racionalidade na catalogação e um abandono do formalismo em favor de uma ética de catalogação que fosse prática, eficaz e preocupada com o usuário do catálogo. Contudo, suas contribuições foram ignoradas nas quatro décadas seguintes.

Segundo Delsey (©1989), as normas para catalogação descritiva têm sido alteradas há mais de um século ocasionadas tanto pelo desenvolvimento da teoria de catalogação, com as importantes contribuições de Lubetzky, quanto pela força da prática. Durante as décadas de 1970 a 1980, dois fatores tiveram impacto significativo no desenvolvimento das normas de catalogação: a primeira é a economia na catalogação compartilhada, e o segundo é a aplicação da tecnologia computacional no processo de catalogação.

A economia na normalização da catalogação descritiva remete ao nível de descrição. A descrição padrão ou de primeiro nível criada por uma agência bibliográfica pode ser utilizada por qualquer outro catálogo, eliminando assim o esforço da duplicação do trabalho.

Essa tem sido a base para os programas de catalogação das agências bibliográficas nacionais e para os projetos de catalogação cooperativa (DESLEY, ©1989, p. 51).

O reconhecimento dos benefícios e as demonstrações de sucesso na concretização desse procedimento estimularam a melhoria na padronização dos registros nas últimas duas décadas – 1970 e 1980 – tanto nos Estados Unidos como internacionalmente. O resultado da catalogação cooperativa ampliou o desenvolvimento de normas de catalogação e em um nível prático tem emergido uma ampla e elaborada rede de apoio para o cumprimento das regras de catalogação de maneira padronizada (DESLEY, ©1989, p. 52).

A aplicação da tecnologia computacional no processo de catalogação trouxe demandas cada vez mais exigentes para a lógica da confecção dos dados bibliográficos. A mudança de *layout* dos registros em comparação com as fichas catalográficas não foi de extrema importância. Com o advento do registro bibliográfico e os processos informatizados referentes ao arquivamento e à indexação, as variações e inconsistências foram diminuídas (DESLEY, ©1989, p. 54).

A capacidade de organização, aliada à política de formação e divulgação dos métodos adotados e produtos gerados, levou, com o tempo, a uma aceitação praticamente internacional deste modelo de trabalho.

O Código Anglo-Americano de Catalogação (AACR) – código que é, hoje, a base deste modelo – foi adotado por muitos países, como o Brasil. Sua segunda edição, de 1978, incorporou os estudos da ISBD, a qual determina os elementos de dados a serem registrados ou transcritos em uma ordem específica para a descrição do item que será catalogado, utilizando uma pontuação com o intuito de facilitar a comunicação internacional das informações bibliográficas (DESCRIBÇÃO..., 2012). A ISBD serviu de base para construção de códigos ou regras de catalogação de aplicação nacional em todo o mundo.

O ensino de Biblioteconomia no Brasil recebeu forte influência dos Estados Unidos, como com a criação do curso de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie, na cidade de São Paulo, em 1929, posteriormente ao curso da Biblioteca Nacional de 1911, implantado em 1915, no Rio de Janeiro. Souza (2003, p. 78) relata, que nos 30 primeiros anos do século XX, a capital paulista vinha tentando superar o Rio de Janeiro na economia e na política, e o centro de onde saíam os modelos a serem assimilados, era os Estados Unidos, em função do papel predominante que passou a exercer.

O artigo de Osborn evidencia as formas como os bibliotecários aplicavam a descrição em suas fichas e, para solucionar esses conflitos, sugere criar níveis de descrição simplificando consideravelmente o processo de catalogação nas bibliotecas americanas. Nessa corrente, verifica-se, também, que a descrição é discutida privilegiando-se o ponto de vista dos processos efetuados em bibliotecas.

Constata-se que a descrição, na corrente anglo-americana, foi trabalhada de um modo relativamente arbitrário até a época da publicação do estudo do Osborn (1941). Contudo, iniciativas como os estudos de Lubetzky e a publicação da ISBD e do código AACR2 mudaram consideravelmente essa realidade, apesar da necessidade, ainda atual, de elaboração de maior base intelectual ao processo, em detrimento da norma como elemento de compreensão.

4.1.2 A descrição na corrente europeia: a análise documentária

O entendimento da descrição segundo a abordagem europeia envolve uma peculiaridade que é o foco na representação temática, decorrendo em maior desenvolvimento desta. Os aspectos descritivos, propriamente ditos, são em grande medida baseados no modelo anglo-americano, mas há implicações nos modos como o processo documentário, como um todo, são considerados, motivo pelo qual merecem ser aqui abordados. Além disso, há ao menos dois modos de compreensão da Análise Documentária, como tratamos a seguir.

A análise é entendida como o estudo do todo em função de suas partes, e a análise documentária como aquela que é constituída por um conjunto de operações que trabalham com o conteúdo e com a forma dos documentos, reelaborando-os e transformando-os em outros de caráter instrumental ou secundário (PINTO MOLINA, 1993 *apud* GARRIDO ARILLA, 2006).

Guimarães, Moraes e Guarido (2007, p. 94-95) fazem uso do termo análise documentária para tratar das vertentes predominantes do tratamento temático dos documentos, assim denominadas: *subject cataloguing*, *indexing* e *analyse documentaire*.

A primeira vertente se constituiu a partir do termo '*subject cataloguing*', de origem predominantemente anglo-americana, norteadada pelos princípios de catalogação alfabética de Cutter.

A segunda vertente centra-se na ótica do termo inglês ‘*indexing*’, no qual os índices como produtos do tratamento temático da informação procedem da utilização de linguagens de indexação, observando-se uma preocupação de natureza teórica acerca de sua construção. Essa vertente é influenciada, em grande parte, pelos trabalhos do *Classification Research Group*, da Inglaterra.

A terceira vertente, a ‘*analyse documentaire*’, de orientação francesa (com nítidos reflexos na tradição científica espanhola), foca o processo temático, explicitando procedimentos dirigidos à identificação e seleção de conceitos para posterior representação sendo fortemente apoiada na Linguística.

No Brasil, o Grupo Temma, inicialmente formado por professores da Escola de Comunicações de Artes da Universidade de São Paulo, apresenta-se como uma das referências no contexto da análise documentária, subsidiando teórica e metodologicamente a prática de construção de linguagens documentárias.

No âmbito dos níveis de análise nesta terceira vertente, quando se representa ou trabalha o documento no nível da sua manifestação fala-se em “análise formal” ou “análise externa” e quando se analisa o conteúdo intelectual de um documento, nomeia-se de ‘análise interna’ ou ‘análise de conteúdo’ (GARRIDO ARILLA, 2006).

Os níveis de análise estão relacionados com os elementos que integram o documento: forma e conteúdo. Cada nível de análise conta com campos teóricos concretos e, por conseguinte, com suas próprias operações, que podem ser efetuadas em maior ou menor profundidade, em função das demandas e necessidades científico-informativas dos usuários (PINTO MOLINA, 1989, p. 331).

Os elementos integrantes do documento, forma e conteúdo, relacionam-se ao que Otlet (1934) propôs fazendo uso dos termos continente e conteúdo do livro. Para ele, o continente é uma certa forma do livro e uma certa língua na qual se expressam as ideias, ou seja, os elementos materiais, gráficos, linguísticos e intelectuais do livro são relativos ao continente ou forma no sentido amplo da palavra. O conteúdo do livro são as ideias que se referem a um certo assunto, consideradas em um certo lugar e em um certo tempo; os elementos de conteúdo ou fundo são os científicos ou literários (ORTEGA, 2010, p. 14).

A dicotomia na compreensão da estrutura e dos elementos de um documento apresentado pelos autores da Análise Documentária tem por referência autores da Linguística, como Saussure e Hjelmslev. García Gutiérrez (1984) trabalha com essa divisão a partir do

entendimento do signo linguístico de Saussure. Segundo García Gutiérrez (1984, p. 65 *apud* ORTEGA, 2010a, p. 13), o documento científico é compreendido pela forma e fundo do continente e do conteúdo. A forma do continente remonta ao suporte material, papel, formato; e o fundo do continente aponta para os elementos de identificação do documento, como o título, o autor, o ano, editora, etc. No conteúdo a forma refere-se à exposição, à apresentação dos dados, à estrutura, como por exemplo, a forma de um poema, de uma narração, etc. O fundo do conteúdo ou dos conceitos empregados atentam para as contribuições do trabalho, das experiências, conclusões, etc.

As diversas contribuições e reflexões realizadas por parte dos pesquisadores da Análise Documentária podem ser agrupadas em torno de duas correntes teóricas. Uma, chamada de ‘corrente integrada’, adota uma ‘técnica integral’ que concebe a análise documentária como um conjunto de operações que se efetua tanto no nível da forma documental quanto do conteúdo; e outra nomeada de ‘corrente restritiva’, reduz-se somente às operações de ‘análise interna’, ou seja, de análise de conteúdo (PINTO MOLINA, 1989; GARRIDO ARILLA, 2006).

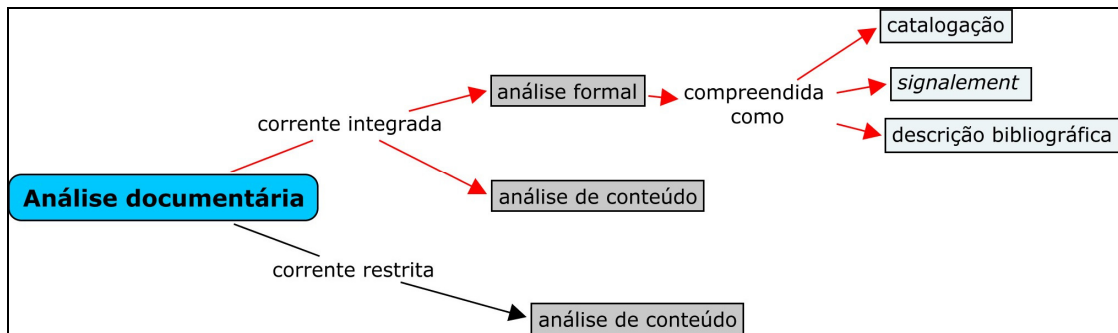
Segundo Garrido Arilla (2006, p. 345), os principais autores da ‘corrente integrada’ da Análise Documentária são: Vickery (1969), Mijailov, Chernii e Guiliarevskii (1973), Fondin (1977), Couture de Troismonts (1975), López Yepes (1978), Amat Noguera (1979, 1988), Pinto Molina (1989, 1993), Ruiz Pérez (1992) e Guinchat e Menou (1994). Por sua vez, dentre os autores da ‘corrente restrita’ destacam-se: Gardin (1964), Chaumier (1974) e García Gutiérrez (1984).

Os autores da ‘corrente integrada’ adotam termos diferentes para tratar da ‘análise formal’. Mijailov, Chernii e Guiliarevskii (1973) e Vickery (1969) falam em catalogação, Couture de Troismonts (1975) adota o termo *signalement*⁴, Fondin (1977), Guinchat e Menou (1994), López Yepes (1978), Amat Noguera (1979, 1988) e Pinto Molina (1989, 1993) usam descrição bibliográfica e/ou catalogação e Ruiz Pérez (1992) trabalha com o termo descrição bibliográfica.

Após a apresentação dos conceitos e das correntes que compreendem o processo de análise documentária, são sistematizados, na Figura 3, os principais termos levantados pelos autores.

⁴ O termo *signalement* pode ser traduzido como relato. No caso da ‘análise formal’ esse termo representaria um relato do documento que determina as características que o identificam (autor, título do trabalho/título da publicação periódica ou série, edição, volume ou tomo, ano, fascículo, ano de publicação, número de páginas ou primeira e última página em se tratando de um artigo) (COUTURE DE TROISMONTS, 1975, p. 54).

Figura 3 – Síntese dos conceitos apresentados para Análise Documentária



Fonte: Elaborado com base em Garrido Arrila (2006).

Interessante observar como os autores da corrente integrada explicam o processo de análise formal. Inicialmente, entendem que o documento, como elemento acumulador e difusor de informação, é o objeto de estudo da Análise Documentária, de tal modo que, sua representação se dá a partir da compreensão da estrutura dicotômica do documento: forma e conteúdo. Ou seja, a descrição na corrente integrada é abordada a partir da forma das estruturas documentais. Segundo Moreiro González (2004), a descrição

busca a identificação do documento de informação, dando-se assim a primeira operação fundamental para transferir a carga informativa dos textos. [...] Os atributos dos documentos são reconhecidos por meio da coleta dos dados de sua estrutura formal. Constitui-se assim o tratamento físico, a partir de sua consignação a um determinado modelo, de acordo com as diferentes formas materiais em que está confeccionado ou disposto cada tipo de documento (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004, p. 24 *apud* ORTEGA, 2010a, p. 13-14).

Na corrente europeia, podemos constatar que os conceitos levantados sobre descrição, a qual é caracterizada como processo de ‘análise formal’, são mais amplos, contemplando as atividades executadas tanto em ambientes de bibliotecas, quanto nos sistemas de informação científica, podendo também contemplar outros sistemas que surgiram posteriormente.

4.2 A DESCRIÇÃO NA BIBLIOGRAFIA

A bibliografia é um instrumento utilizado pelo homem para orientar o acesso e uso da abundante produção de informação nos séculos passados, ao facilitar a recuperação dos conteúdos produzidos. A Bibliografia se ocupa da representação do escrito, do mapeamento, da organização, do acesso e da mediação que uma cultura escrita oferece a si mesma. “Nesse

sentido, a bibliografia é uma espécie de ‘espelho epistêmico’, dentro do qual uma civilização reflete as suas estruturas” (CRIPPA, 2012, p. 54).

Os procedimentos biblioteconômicos tendem a reduzir as bibliografias a formas de representações descritivas puramente formais, como uma referência bibliográfica. Apesar de discutir nesse trabalho apenas os aspectos descritivos provenientes das bibliografias, entende-se que a Bibliografia não se atenha somente a essa atividade. Por isso, apresentar-se-ão nessa seção as correntes teóricas que sustentam a elaboração desse produto bibliográfico.

A etimologia da palavra Bibliografia vem do agrupamento dos termos do grego pós-clássico *Biblion*, livro e *Graphēin*, descrição. Segundo essa origem, seu significado é a descrição de livros. Morales López (2008, p. 18), ao descrever a etimologia da palavra Bibliografia, destaca que, com a aparição e consolidação da imprensa, quando se fala *biblion* tem-se em mente o livro impresso, porém é indispensável levar em conta que quando os gregos empregavam *biblion* faziam alusão ao que hoje se designa obra, entendida como “volume ou volumes que contém um trabalho literário completo”.

As primeiras propostas voltadas a uma conceituação formal da Bibliografia, de acordo com Morales López (2000, p. 155, tradução nossa), constaram de três vertentes: “a primeira afirma que a bibliografia era um conhecimento dos manuscritos; a segunda que era a ciência do livro; e a terceira que era a descrição dos livros”.

A primeira vertente, que trata a Bibliografia como o conhecimento e interpretação dos antigos manuscritos, é datada de 1704 e é considerada a primeira definição de que se tem notícia. Os autores dessa corrente entendem que a finalidade de conhecer o valor dos manuscritos se dava pelo estudo profundo das características materiais e intelectuais e que essa compreensão corresponde à da filologia moderna.

A segunda vertente refere-se à ciência do livro, que inclui os impressos e os manuscritos. Essa definição foi proposta no momento em que começou a ter importância falar de grandes ciências que abarcavam o estudo de um fenômeno ou objeto, o que ampliou o estudo dessa disciplina (MORALES LÓPEZ, 2000, p. 154). Gabriel Peignot é considerado, nessa vertente, um autor de destaque, com a publicação, em 1802, do *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, em que afirma que a Bibliografia necessitava de uma parte teórica, a qual chama de **Bibliologia**. A justificativa dessa afirmação pautava-se no aumento da produção de obras bibliográficas durante esse período, que proporcionava um estado de amadurecimento da Bibliografia, porém, para isso, era necessário aprofundar os aspectos teóricos de seu estudo

para sistematizar cada um de seus componentes e, para isso, uma ciência geral que estudasse os princípios elementares da ciência bibliográfica era necessária (MORALES LÓPEZ, 2008, p. 35).

A última vertente, que entende a Bibliografia como descrição dos livros, nasceu dos eruditos da Alemanha, durante o período do império de Napoleão (1812-1879), e estabeleceu a bibliografia como uma ciência auxiliar da história na França. A maioria dos bibliógrafos desse tempo tinha diversas ocupações, em especial a história, e a bibliografia era um instrumento que apoiava os interesses intelectuais dos historiadores. Essa vertente sofreu grande influência do mercado editorial que existia na Alemanha. Também pode-se considerar que, nela, ocorreu a consolidação da técnica de descrição dos livros impressos e de algumas outras tarefas relacionadas, como a da biblioteconomia (MORALES LÓPEZ, 2000, 2008).

Louise Malclès (1956) localiza a Bibliografia como um ramo da Bibliologia e não como uma ciência autônoma, que se propõe buscar, identificar, descrever e classificar documentos impressos com o fim de construir repertórios adequados, facilitando o trabalho intelectual. Nessa abordagem de Bibliografia é perceptível a influência de Peignot (MORALES LÓPEZ, 2008, p. 46).

Para Malclès (1956, 1962), a concepção da Bibliografia pode ser denominada por épocas, conforme a seguinte cronologia:

- século XVI: época erudita – marcada pela invenção e expansão da tipografia;
- século XVII: época histórica – marcada pelo espírito científico e pela crescente produção de livros;
- século XVIII-1789: época histórica e científica – marcada pela expansão da erudição científica em que as ciências e a produção de conhecimento se diversificam;
- 1790-1810: época literária e bibliófila – marcada pelo ideal nacionalista da Revolução Francesa e pela elaboração do código de catalogação francês de 1791;
- 1810-1914: época artesanal – marcada pelo surgimento da biblioteca pública e pelo desenvolvimento do ensino público; e
- a partir de 1914: época técnica – marcada pela consolidação de centros de documentação com a missão de empreender esforços para a organização em nível internacional de serviços e produtos em documentação por meio das atividades bibliográficas.

Simón Díaz (1971, p. 13), professor catedrático de Bibliografia da *Universidad Complutense de Madrid*, em suas investigações histórico-literárias das fontes de literatura espanhola, compilou seis significados para o termo bibliografia, extrapolando as três vertentes apresentadas posteriormente por Morales López (2008). Simón Díaz apresenta interpretações desenvolvidas no decorrer do tempo que não desapareceram em absoluto. Os significados são: 1) listas de livros; 2) conhecimento dos manuscritos; 3) ciência do livro; 4) ciência das bibliotecas; 5) ciência dos repertórios; e 6) parte da Documentação que se ocupa dos impressos.

O primeiro significado, listas de livros, calcado nos estudos de Malclès, denota relação descritiva de títulos de livros, elaborada por eruditos ou livreiros para orientar o processo de elaboração das listas. Simón Díaz (1971) elenca alguns tratadistas que trabalham com esse entendimento, a saber: Besterman (1950), que entende bibliografia como uma lista de livros seguindo um princípio diretor; Clapp (1950), que se refere a uma técnica de produzir sistematicamente listas descritivas de obras; e Robinson (1966), que nomeia bibliografia como uma preparação de listas de obras.

O segundo significado de bibliografia, conhecimento dos manuscritos, relaciona-se ao conceito neoclássico que traduz o sentido original da palavra grega *biblion*, como designação de arte e ofício dos copistas.

O terceiro significado, ciência do livro refere-se à produção do livro (arte tipográfica) e do livro em si mesmo (história, catalogação, classificação, questão autoral e valores intrínsecos), porém a finalidade da ciência não fica clara.

Ao discorrer sobre o entendimento de bibliografia como a ciência das bibliotecas (quarto significado), Simón Díaz (1971) destaca que esse pensamento ficou centrado na França durante o período da Revolução Francesa, quando o governo francês confiscou os acervos. Com a necessidade de ordenar, organizar e catalogar toda a produção bibliográfica confiscada no território francês, estudos foram feitos com o intuito de acelerar esse mapeamento. Em um dos relatórios redigidos por François-Urbain Domergue, em 1793, no '*Bureau central bibliographique*', chegou-se à conclusão de que a Bibliografia era mais que uma ciência do livro, era uma ciência das bibliotecas. Contudo, com o aparecimento da Paleografia, da Diplomática e com o desenvolvimento da Biblioteconomia, essa compreensão foi deixada de lado.

O quinto significado apresentado por Simón Díaz (1971), a ciência dos repertórios, é identificado a partir dos estudos de Gabriel Peignot ao trabalhar com a Bibliologia, reservando a Bibliografia para os estudos dos repertórios.

A última significação da Bibliografia, parte da Documentação que se ocupa dos impressos e se explica pela abrangência dos estudos de Paul Otlet. O entendimento de que a Documentação teria alcance, métodos e instrumentos mais ambiciosos deixou a Bibliografia resignada a uma fase pré-documental no processo histórico de constituição daquela.

Percebe-se que as épocas apresentadas por Malclès complementam as significações dadas para o nome bibliografia por Simón Díaz. A única interpretação diferente refere-se aos manuscritos: Simón Díaz reconhece a vertente que trabalha Bibliografia como o conhecimento dos manuscritos, diferente de Malclès que não identifica a Bibliografia antes da criação da imprensa. Malclès, ao negar a origem da Bibliografia antes da imprensa, justifica que as bibliografias nascem com a tecnologia utilizada para elaboração dos livros e não com o trabalho intelectual necessário para formar e organizar as listas das obras (MORALES LÓPEZ, 2008, p. 21-22).

As formas e os modos de apresentação das bibliografias são numerosos. As classificações das bibliografias apresentadas por Lamarca Langa (2006) seguem dois critérios - obra e finalidade -, de acordo com a Tabela 2 abaixo:

Quadro 2 – Características das bibliografias

Obra	Forma	Proximidade da fonte	Primárias
			Secundárias
		Amplitude	Seletivas
			Exaustivas
	Desenvolvimento de referências	Analíticas	
		Sintéticas	
	Conteúdo	Generalização	Gerais
			Especializadas
Data de publicação		Retrospectivas	
Finalidade	Controle bibliográfico	Nacionais	
		Supranacionais	
	Comércio		
	Pesquisa e ensino		
	Sua relação com o livro		

Fonte: Lamarca Langa (2006, p. 82).

Quanto aos propósitos e metodologias de elaboração das bibliografias, Pensato (1994, p. 48), esclarece que a realização dessa tarefa compreende três níveis: a) nível cultural: referente às decisões preliminares a serem tomadas pelo responsável que está compilando a bibliografia (como seleção, delimitação do tema e problemas que tais decisões comportam); b) nível técnico: questões relacionadas com a metodologia e a técnica de trabalho bibliográfico concreto (coleta do material, modo de citar, descrever e anotar, ordenação do material selecionado, organização geral do repertório, incluindo os pontos de acesso); e c) nível topográfico-editorial: que tem a ver com a representação do trabalho bibliográfico convertido em repertório impresso ou em bases de dados referenciais.

A Bibliografia pode ser dividida em duas grandes áreas, de acordo com Bowers (1975, p. 41-44): a enumerativa e a analítica. A enumerativa se ocupa da construção de listas de livros, artigos e outros escritos sobre um determinado tema ou assunto, e a analítica investiga a técnica acerca da impressão de livros específicos, ou da prática geral de impressão, baseada exclusivamente na evidência física dos próprios documentos.

A Bibliografia analítica desdobra-se em mais dois ramos: o descritivo e o textual (ou crítico). A bibliografia descritiva tem por função registrar os detalhes bibliográficos de um documento que foi investigado durante o processo de bibliografia analítica, ou seja, a compilação em forma de relatório em que o bibliógrafo descreve as marcas encontradas no documento analisado, evidenciando as peculiaridades de um item que por vezes não podem ser adequadamente descritos numa bibliografia analítica. A bibliografia textual ocupa-se das aplicações que evidenciam a Bibliografia analítica no que concerne aos problemas textuais, em específico no significado de um escrito e sua diferente apresentação em outros idiomas.

O trabalho bibliográfico, de acordo com as autoras Figueiredo e Cunha (1967, p. 16), é classificado em quatro etapas ou operações, a saber: a pesquisa, a transcrição, o resumo e o arranjo. A 'pesquisa' responde pela busca dos documentos, segundo um plano pré-estabelecido. A 'transcrição', (chamada de referência bibliográfica pelas autoras, em referência ao produto desta etapa), registra-se dados que permitem a identificação dos documentos, no todo e nas partes. O 'resumo' segue a referência bibliográfica e pode ser aplicado tanto ao aspecto material dos documentos quanto ao texto dos documentos. O 'resumo', segundo as autoras, apresenta-se sob três formas: o 'resumo indicativo' orienta o leitor quanto à seleção dos documentos; o 'resumo informativo' permite ao leitor recusar a leitura dos textos; e o 'resumo crítico' emite uma opinião sobre o documento. O 'arranjo'

refere-se à ordem de apresentação das referências bibliográficas acompanhadas ou não do resumo.

De acordo com Pensato (1994), por meio dos significados de Bibliografia, é possível identificar uma linha conceitual que perpassa os estudos sobre o suporte físico de signos registrados, o produto de atividades tecnológicas, artesanais e artísticas e a memória de mensagens, informações e técnicas de produção.

Na apresentação das definições de Bibliografia verifica-se o papel de destaque da descrição. Desde a compreensão de uma ciência do livro até os aspectos de elaboração de repertórios bibliográficos, os produtos elaborados pela Bibliografia exigem a produção de uma mensagem sobre um objeto, logo, uma descrição.

Algo que carece de estudos futuros é a criação de um código de catalogação, na época denominada literária ou bibliófila, na França, em 1791, por Malclès, e a consolidação do trabalho nos centros de documentação proveniente de estudos da Bibliografia. Provavelmente, esses estudos podem apontar preciosos caminhos elaborados para o entendimento do processo descritivo.

4.3 A DESCRIÇÃO NA CATALOGRAFIA

De acordo com Morales López (2008, p. 59), a Bibliologia, como denominação da ciência que estuda aspectos teóricos do livro, teve aceitação, sobretudo, a partir de meados do século XIX. As limitações impostas pelo aspecto descritivo do termo Bibliografia provocavam confusão entre a prática de elaboração de repertórios bibliográficos ou listas de títulos de livros, e a teoria, encarregada nesse momento de codificar e regular a elaboração dessas listas ou repertórios, além do estudo de outros aspectos do livro.

A sistematização enciclopédica e teórica apresentada por Peignot, em 1802, em seu *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, retoma elementos da ciência histórica e bibliográfica para consolidar a teoria da ciência do livro. De acordo com Saldanha (2012, p. 169), esse trabalho “propõe ser uma obra didática para os estudos bibliológicos, incluindo a explicação dos principais conceitos em torno do termo ‘livro’, passando pela indicação de bibliotecas, chegando até a exposição dos sistemas bibliográficos aplicáveis às instituições”.

Em seu Dicionário, Peignot (1804) apresenta os termos catalogografia e catalogografo (ou catalogógrafo) conceituando-os como:

Catalogógrafo. Redator de catálogos. A arte de bem redigir um catálogo demanda conhecimentos bibliográficos bastante abrangentes e grande precisão.

Catalogografia. Palavra inventada pelo abade Rive para expressar a arte de compilar catálogos (PEIGNOT, 1804, p. 87).

Essa publicação preparou terreno para o desenvolvimento da disciplina Documentação, no início do século XX, proposta por Otlet no Tratado de Documentação (MORALEZ LÓPEZ, 2008, p. 56). Otlet (1934, 1996, p. 287) utilizou o termo catalogografia do seguinte modo. Para ele, a bibliografia é um caso da catalogografia geral, aquele em que está em questão o livro. A catalogografia geral pode ser definida como: inventário, relação, cadastro, catálogo em lista, com vistas a conhecer a consistência dos conjuntos de todos os casos (documentos, seres, fenômenos, eventos e fatos); estabelecido em graus mais ou menos detalhados; objetivamente (caracteres) e subjetivamente (apreciação, valor); organizado em conjuntos mais ou menos universais; dando lugar a ordens de classificação baseadas nas várias características e facilitando encontrar as coisas; permitindo a identificação da coisa, ou seja, a afirmação de uma relação entre um dos exemplares ou indivíduos e toda a classe descrita no catálogo. Otlet afirma que os estudos para a identificação das obras baseiam-se nos signos (caracteres) tipográficos e na relação com o papel sinalizado pelas marcas convencionais aplicadas nos objetos. O catálogo é descrito como um substituto do objeto, porque não se tem a posse do objeto, ou porque o mesmo é muito extenso para ser conservado e manipulado, ou porque, existindo um só exemplar, não se pode colocá-lo em ordens de classificação diversas. Por fim, Otlet fala que a catalogografia dos objetos distingue-se pela determinação das classes, dos tipos e das coisas, como na descrição de vegetais e animais, além das coisas em sua existência individual que são numeradas (na forma de estatísticas) e que são registradas e contabilizadas cada vez mais.

Izquierdo Arroyo (1994, p. 167), em estudo sobre o Tratado de Documentação, compreende a catalogografia como a arte de dispor os catálogos e os produtos documentários derivados dessa arte, como os inventários, resumos e listas.

Na publicação 'Elementos de Bibliologia', Houaiss (1967), ao apresentar o livro como objeto teórico de conhecimento, categoriza-o em cinco áreas de atuação, com suas respectivas disciplinas, a saber: sua história, sua sistematização orgânica, sua produção, sua conservação e sua posse ou retenção pessoal.

1. Do ponto de vista de sua história: biblio-historiografia.
2. Do ponto de vista de sua sistematização orgânica:
 - bibliologia;
 - bibliografia;
 - bibliotecologia;
 - bibliotecografia;
 - biblioteconomia.
3. Do ponto de vista de sua produção:
 - bibliotecnia (bibliotécnica);
 - bibliotecnologia;
 - bibliotecnografia;
 - editoração;
 - bibliotecotecnia (bibliotecotécnica);
 - bibliotecotecnologia;
 - bibliotecotecnografia.
4. Do ponto de vista de sua conservação:
 - ecdótica (intrínseca, da mensagem);
 - bibliofotografia (intrínseca, da mensagem, e também na sua forma original);
 - bibliopatologia;
 - biblioterapia;
 - bibliocirurgia;
 - biblioprofilaxia;
 - bibliotecopatologia;
 - bibliotecoterapia;
 - bibliotecocirurgia;
 - bibliotecoprofilaxia.
5. Do ponto de vista da sua posse e retenção pessoal:
 - bibliofilia;
 - bibliofobia;
 - bibliomania;
 - bibliolatria;
 - bibliocleptomania;
 - bibliognosia;
 - bibliotafia (HOUAISS, 1967, p, 40).

No segundo tópico, ‘do ponto de vista de sua sistematização’ o termo bibliotecografia se relaciona com os aspectos da disposição sistemática das coleções de livros. Sob este termo, consta a catalografia, como aquela que “procura resolver os problemas suscitados pelos fichários, fichas, sua sistematização, sua consulta, sua eficácia classificatória, analítica, sintética, analítico-sintética, e remissiva” (HOUAISS, 1967, p. 40).

Os autores acima trabalham a catalografia sob olhares diferentes. Conforme Saldanha (2012), a Bibliologia, para Peignot, seria uma Macrociência, o que se distingue da definição de Houaiss. Peignot propõe uma ciência que abarcaria um conjunto de outros saberes ligados à figura da linguagem e Antonio Houaiss examina a Bibliologia com um escopo mais definido, uma Microbibliologia encaminhada para a relação entre Preservação e Editoração. Otlet trabalha com a “existência de uma Bibliologia geral, global e sintética, e de uma

Bibliologia particular – ou conjunto de Bibliologias particulares –, que cobriria os diversos ramos de interesse sobre o objeto livro” (SALDANHA, 2012, p. 184).

Contemporaneamente, Klim (1981, p. 50), autor soviético, utilizou o termo catalografia no sentido de teoria da descrição bibliográfica. De acordo com o autor, a descrição bibliográfica vai além da catalogação, pois é trabalhada em bibliografia, nos sistemas de informação científica e na indústria do livro, ou seja, seu papel centra-se no estudo dos padrões para o desenvolvimento da descrição, não somente nos catálogos de biblioteca, mas também em sistemas de recuperação da informação automatizados.

Klim (1981, p. 51) complementa dizendo que, embora o termo tenha sido usado por Otlet aplicado às noções de descrição do livro, dos inventários, dos catálogos e das bibliografias, foi Shamurin (1927)⁵ quem propôs criar uma ciência independente da Bibliografia em texto intitulado ‘Catalogação bibliográfica e catalografia’.

Ao tratar de catalografia, Klim (1981, p. 55) fala do processo de descrição bibliográfica de qualquer documento que é realizado em catálogos de biblioteca, arquivos de fichas, bibliografias, catálogos de editores, publicações de informações e sistemas de recuperação da informação automatizado. Klim apresenta três funções desempenhadas pela descrição bibliográfica: informação, identificação e recuperação.

A função de informação consiste, primeiramente, em prover informações sobre a existência de um documento específico e comunicar diversos tipos de informações sobre o documento (seus autores, título, tamanho, público a que se destina, por vezes sobre o conteúdo do título e informações sobre ele, bem como o título de série, etc.).

A função de identificação consiste em assegurar que a descrição bibliográfica e o documento a ela correspondente sejam idênticos. Para isso, os elementos da descrição bibliográfica devem ser formulados previamente e deve haver um número suficiente de elementos.

⁵ A referência apresentada no artigo por Klim é: SHAMURIN, Evgenii Ivanovich. Bibliographic cataloging and catalography: an attempt at a theoretical justification. In: BIBLIOGRAPHY. Collection. Moscow-Leningrad: N. F. Yanitskii, 1927, p. 123-141. Não foi possível localizar o texto de Shamurin, pois ele foi publicado em russo. Tanto o texto de Klim quanto as referências contidas no artigo foram traduzidas do russo para o inglês. Todos os artigos publicados no fascículo de volume 1 do periódico *Scientific and Technical Information Processing*, juntamente com o de Klim, foram traduzidos.

Shamurin, doutor em ciências pedagógicas e professor do Instituto de Bibliotecas em Moscou, foi um especialista da ciência do livro na antiga União Soviética. Contribuiu para o desenvolvimento da bibliografia e da ciência das bibliotecas. Suas principais obras são: ‘Cataloging’, 1925, ‘Methods of bibliographical work’, 1933, ‘The systematic catalog and its organization’, 1936, e ‘Essays on the history of the Library Bibliographical Classification’, vols. 1-2, 1955-1959, além da compilação do ‘Dictionary of Book Science terminology’, de 1958 (SHAMURIN, 1970-1979).

A função de recuperação consiste em que a descrição bibliográfica é um meio de se recuperar um documento necessário em qualquer sistema de recuperação da informação.

Conclui-se, com isso, que a ideia proposta por Peignot (1804) pelo termo catalogografia, depois por Otlet (1934, 1996), como catalogografia, assim como por Shamurin (1927), posteriormente, recuperado por Klim (1981), entre outros, refere-se, de modo abrangente à produção de repertórios bibliográficos, envolvendo os avanços realizados em torno dos catálogos de bibliotecas e de bibliografias. Interessante observar o percurso que Otlet realiza em seu Tratado de Documentação: inicia discutindo o conceito de livro em paralelo com a Bibliografia, no meio da obra estabelece um diálogo com a Bibliologia e, no final da primeira parte do Tratado, propõe o conceito de documento.

A descrição de acordo com a Catalogografia contribui para fundamentar teoricamente a Catalogação, uma vez que parte de uma visão abrangente dos produtos possíveis, não como uma prática aplicada a certas realidades parciais de organização da informação. O processo precisa ser apoiado por generalizações, conceitos básicos e métodos rigorosos para que cada produto documentário específico possa ser efetivamente contemplado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho estruturado em quatro seções iniciou-se com a discussão do conceito de técnica visando uma compreensão de descrição, seguido da apresentação das variações terminológicas em torno do termo descrição e, por fim, tratando da descrição sob o ponto de vista da Catalogação e da Bibliografia. Este percurso permitiu investigar, ainda que de modo incipiente, teoricamente e historicamente, como a técnica de descrição em catálogos e bibliografias foi proposta.

Os objetos confeccionados pelo homem no decorrer do tempo são produto de técnicas, ou seja, da experiência nos diferentes modos de agir sobre um objeto segundo modelos determinados culturalmente. A técnica como conhecimento preditivo, de acordo com Aristóteles, é materializada pela ação ou prática humana. A técnica moderna, trabalhada em Heidegger, reflete o desenvolvimento da ciência. As práticas de organização da informação foram sedimentadas pela técnica moderna e transitam, ora na perspectiva da técnica moderna, ora na da manual.

Sabe-se que por meio da linguagem, elemento da técnica moderna, os procedimentos de organização da informação foram aprimorados, contudo essas elaborações nem sempre causam melhorias para uma área quando são tratadas de modo essencialmente prescritivos. Ainda assim, observa-se como a normalização foi importante para a consolidação da técnica da descrição e para o intercâmbio de informações ao redor do mundo.

Um artesão, ao produzir um objeto, ou um operário ao fabricar um produto industrial, possui uma representação prévia das suas atividades tanto na forma dada aos produtos como na realização do trabalho. A forma pouco racionalizada de práticas constituídas por técnicas simplificadas é o cerne do problema.

Percebeu-se que o conceito de técnica, como entendido atualmente, apresenta um distanciamento do seu conceito inicial. A técnica, não é uma ação espontânea, gerada pelo acaso. A técnica utilizada para representar documentos, produzindo uma mensagem por meio dos elementos que identificam o objeto, parte inicialmente do conhecimento que se tem do objeto. Para representar ou descrever algo que está em outro lugar para alguém seguindo um determinado critério, é necessário compreender o objeto.

Para entender essas questões foi necessário discorrer sobre a técnica de representar documentos, que é o processo descritivo realizado na Catalogação e na Bibliografia.

Entretanto, ao tratar do processo de descrição segundo essas abordagens, verificou-se uma vasta nomenclatura relacionada a essa técnica. Os termos foram identificados, selecionados, categorizados e conceitualizados, a partir de uma abordagem semasiológica, enfatizando os nós que os conceitos apresentavam.

Interessante observar como um processo de organização da informação, no caso, a descrição, configura uma área, pois por meio dessa técnica percebe-se uma aproximação e, ao mesmo tempo, um distanciamento entre Bibliografia e Catalogação. Ao verificar a técnica desenvolvida pela bibliografia descritiva, na Bibliografia, com a descrição pormenorizada dos documentos, e pela descrição bibliográfica, na Catalogação, com o conjunto de dados que identificam um documento, possibilitando a sua identificação e localização, percebe-se que a finalidade com que cada produto é desenvolvido marca essencialmente uma área.

Se a descrição é o que tanto aproxima quanto distancia a Catalogação e a Bibliografia, quais implicações essas áreas teriam para o conhecimento e o ensino da descrição? Os repertórios bibliográficos são produtos concretos do acúmulo de conhecimento do processo descritivo que é realizado na Catalogação e na Bibliografia?

A divisão do trabalho entre os que executam e os que planejam, conforme Vieira Pinto, materializaria, respectivamente a substanciação e a adjectivação da técnica. Na seção sobre a descrição na Catalogação, Osborn apresenta essa questão na figura dos administradores e dos catalogadores. Percebe-se nesse caso uma distância enorme entre esses dois personagens. De um lado, a exacerbação de regras e princípios, e de outro, decisões sendo tomadas sem o entendimento dos princípios da técnica. Observa-se que nos dois lados a técnica é diminuída, ou por desconhecimento ou pelo modo como as regras e definições foram cristalizadas.

Na seção sobre a descrição na Bibliografia, alguns apontamentos merecem atenção: primeiro, a época bibliófila da Bibliografia, demarcada por Malclès no período de 1790 a 1810; e a época técnica, a partir de 1914. No primeiro caso, os estudos financiados pelo governo francês ao confiscar os acervos bibliográficos durante a Revolução subsidiaram a confecção de um código de catalogação. No segundo momento, a Bibliografia envolve processos no âmbito da catalogação em bibliotecas e nos centros de documentação. O entendimento de Bibliografia como a ciência das bibliotecas propagada na França durante a Revolução Francesa, segundo apresentado por Simón Díaz, seria um indicativo da aproximação e da separação da Bibliografia e da Catalogação?

Na seção sobre a descrição na Catalografia, é trabalhada a produção de repertórios bibliográficos como um processo abrangente aplicado às noções de descrição do livro, dos inventários, dos catálogos e das bibliografias. Os autores falam de descrição como algo que se coloca de modo mais generalizante, fundamentado, não como uma prática aplicada a certas realidades parciais de organização da informação. Essa discussão é interessante, porque não é mais possível dar respostas práticas ou acadêmicas em torno de normas ou tecnologias. Atualmente, com a diversidade de sistemas de informação, uma Catalografia, como a ciência da descrição, segundo Shamurin, seria capaz de pautar os estudos descritivos desses ambientes? A pesquisa exploratória sobre a descrição na Catalogação e na Bibliografia abriu um possível caminho para a fundamentação teórica a respeito do entendimento da produção dos diversos repertórios bibliográficos.

Como limites da proposta do trabalho, aponta-se o recorte da literatura adotado. Na seção sobre Bibliografia, as falas delimitaram majoritariamente dois países específicos: França e Espanha. No desenrolar da pesquisa, alguns apontamentos foram feitos sobre o desconhecimento de trabalhos publicados por autores alemães e russos no que concerne a estudos teóricos sobre descrição do início do século XX, porém não foi possível aprofundar o estudo sobre essas publicações.

A técnica, que implica uma predição, pode por vezes ser nomeada de tecnicismo, que é um conceito entendido como algo pejorativo, afastado da noção reflexiva, dicotomizando um saber entre prático e teórico ao enfatizar o primeiro. No entanto, a técnica moderna contempla a produção de conhecimento científico.

Os processos de representação documentária descritiva, feitos sob uma ordem manual, posteriormente em uma ordem eletrônica e, por fim, inserindo o eletrônico em rede, altera e amplia a própria Catalogação. O ato de produzir é modificado por conta de uma nova tecnologia. Quais encadeamentos serão necessários para dar suporte a essas mudanças?

Como trabalhos futuros, sugere-se refletir sobre a contextualização histórica da Biblioteconomia dos Estados Unidos e da Europa em meados do século XIX, principalmente a partir das concepções técnicas e normativas dos estudos de organização da informação. Algo que também foi pincelado, porém pouco aprofundado nessa pesquisa e que merece desdobramento, é a questão da mudança na produção do documento alterando sua forma de representação documentária.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMAT NOGUERA, Núria. **Técnicas documentales y fuentes de información**. Barcelona: Bibliograf., 1979. p. 36.

AMAT NOGUERA, Núria. **Documentación científica y nuevas tecnologías de la información**. 2. ed. Madrid : Pirámide, 1988. p. 21.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco; Poética**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BALDINGER, Kurt. Semasiologia e onomasiologia. **Alfa**: revista de linguística, São José do Rio Preto, SP, v. 9, p. 7-36. 1966. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3265/2992>>. Acesso em: 14 set. 2015.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BARTHES, Roland; MARTY, Eric. Oral/Escrito. In: ENCICLOPEDIA Einaudi. Porto: IN/CM, c1984. v. 42. p. 574-583.

BESTERMAN, Théodore. **Les débuts de la bibliographie méthodique**. 3. ed. rev. Paris: La Palme, 1950.

BOWERS, Fredson. **Essays in bibliography, text and editing**. Charlottesville: University Press of Virginia for the Bibliographical Society of the University of Virginia, 1975. p. 37-53.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. **Proposta de currículo mínimo de Biblioteconomia**: documento produzido pelo Grupo de Trabalho reunido no período de 24 a 28 de novembro de 1980. Brasília, 1981.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n.08 de 29 de outubro de 1982 : fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Biblioteconomia. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, v. 120, n. 211, p. 20787, 8 nov. 1982. Seção 1.

CABRÉ, Maria Teresa. La terminología: una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. **Debate Terminológico**, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/21286>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012.

CHAUMIER, Jacques. **Les techniques documentaires**. 2. ed. Paris : Presses universitaires de France, 1974.

CLAPP, Verner W. The role of bibliographic organization in contemporary civilization. In: SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. (Ed.). **Bibliographic organization**: papers presented before the fifteenth annual conference of the Graduate Library School. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1950. p. 3-23.

COLONNELLI, Marco Valério Classe. **Póiesis, tékhne e mímesis em Aristóteles**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas)–Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

COUTURE DE TROISMONTS, Roberto: **Manual de técnicas en documentación**. Buenos Aires: Marymar, 1975.

CRIPPA, Giulia. Entre Ciência e Humanidades: o problema da ordem da memória da/para a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3383/2509>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CRIPPA, Giulia. Robert Darnton: a história do livro como contribuição aos estudos bibliográficos. In: SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo; SILVA, Márcia Regina da; MOSTAFA, Solange Puntel (Orgs.). **Os pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: e-papers, 2012. p. 49-59.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**: revista de ciências e tecnologias da informação e comunicação do CETAC.MEDIA, Porto, n. 4, p. 3-36. 2007. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/645/pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

DEBRAY, Régis; FINKIELKRAUT, Alain. As técnicas e o humanismo. In: SCHEPS, Ruth (Org.). **O império das técnicas**. Campinas: Papirus, 1996. p. 213-230.

DESCRIÇÃO bibliográfica internacional normalizada (ISBD): edição consolidada. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. Tradução e revisão técnica Rosa Maria Galvão e Margarida Lopes.

DESLEY, Tom. Standards for descriptive cataloguing: tow perspectives on the past twenty years. In: SVENONIUS, Elaine (Ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, ©1989. p. 51-60.

DOMANOVSKY, Ákos. **Functions and objects of author and title cataloging**: a contribution to cataloging theory. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1974.

FELBER, Helmut. **Manuel de terminologie**. Paris: UNESCO/Infoterm, 1987.

FIGUEIREDO, Laura Maia de; CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. **Curso de bibliografia geral**: para uso dos alunos da escolas de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Record, 1967.

FINÓ, José Frederic. **Tratado de bibliología**: historia y técnica de producción de los documentos. Santa Fe [Argentina]: Libr. Castellvi, 1954.

FIUZA, Marysia Malheiros. Funções e desenvolvimento do catálogo uma visão retrospectiva. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 139-158, set. 1980.

FIUZA, Marysia Malheiros. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 43-53, mar. 1987.

FONDIN, Hubert. Le structure et le vocabulaire de l'Analyse documentaire: contribution pour une mise au point. **Documentaliste**: revue d'information et de techniques documentaires, Paris, v. 14, n. 2, p. 11-16, mars. 1977.

FONSECA, Isabel. ISBD: (Internacional Standard Book Description). **Boletín de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas**, Madrid, v. 22, n. 129-130, p. 18-22, ene./abr. 1973.

GARCÍA EJARQUE, Luis. Inicios de la catalogación en España. **Boletín de ANABAD**, Madrid, n. 1, p. 89-106, ene./mar. 1994.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. **Lingüística documental**. Barcelona : Mitre, D.L. 1984.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. Normalización general y documental: concepto, historia e instituciones. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, v. 9, p. 55-96, 1985. Disponível em:
<<http://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/viewFile/DCIN8585110055A/20463>>. Acesso em: 14 set. 2015.

GARDIN, Jean-Claude; GROLIER, Eric de; LEVERY, F. **L'organisation de la documentation scientifique**. Paris: Gauthier Villars, 1964.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1999.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. Contienda por el control documentário: etapas pretécnica y técnica en catalogación. In: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIÊNCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., 2000, Madrid. **Anais...** Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. Disponível em:
<<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/mrgarrido.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. Fundamentos del análisis documental. In: LÓPEZ YEPES, José (Coord.). **Manual de ciencias de la documentación**. 2. ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006. cap. 16, p. 337-357.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLAUSÓ GARCÍA, Adelina. Análisis documental: el análisis formal. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 3, n. 1, p. 11-19, 1993.

GONZÁLEZ DE GUZMÁN, Antonio. **Normalización**. Madrid: Instituto Nacional de Racionalización del Trabajo, 1952.

GORMAN, Michael. 1941: an analysis and appreciation of Andrew Osborn's "the crisis in cataloging". **Serials Librarian**, New York, vol. 6, n. 2/3, p. 127-131, winter/spring 1981/1982.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MORAES, João Batista Ernesto de; GUARIDO, Maura Duarte Moreira. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, Espanha, v. 1, p. 93-99, 2007. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3267/3028>>. Acesso em: 14 set. 2015.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. cor. e aum. Brasília: IBICT: FBB, 1994.

HAVELOCK, Eric Alfred. **A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais**. São Paulo: UNESP: Paz e Terra, 1996.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1967. 2 v.

IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. **Functional Requirements for Bibliographic Records: final report**. 1997. As amended and corrected through February 2008. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s13/frbr/frbr_2008.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS. **Functional requirements of authority data: a conceptual model**. München: K. G. Saur, 2008. As amended and corrected through July 2013. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

IZQUIERDO ARROYO, José-María. **La organización documental del conocimiento. I/1: el marco documental**. Madrid: Tecnidoc, 1994.

KANDELAKI, T. L. Les sens des termes et les systèmes de sens des terminologies scientifiques et techniques. In: RONDEAU, G.; FELBER, H. **Textes choisis de terminologie**. I. Fondements théoriques de la terminologie. Québec: GIRSTERM, 1981. p. 133-184.

KLIM, I. L. Developing a theory of bibliographic description. **Scientific and Technical Information Processing**, [Russia], v. 1, p. 50-58, 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAMARCA LANGA, Genaro. Bibliografia: historia y teoria. In: LÓPEZ YEPES, José (Coord.). **Manual de ciencias de la documentación**. 2. ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006. cap. 4, p. 75-90.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Elementos de terminologia**. 2005. 16 f. Material didático utilizado no curso de Biblioteconomia da Universidade de São Paulo (USP).

LIBRARY OF CONGRESS. Regras de catalogação descritiva na Library of Congress: adotadas pela American Library Association. Washington : The Library of Congress, 1956. Tradução de: Maria Luisa Monteiro da Cunha.

LÓPEZ GUILLAMÓN, Ignacio. Apuntes para una historia de la catalogación internacional en los siglos XIX y XX. **SCIRE**: representación y organización del conocimiento, Espanha, v. 10, n. 1, p. 121-144, enero/jun. 2004. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1483/1461>>. Acesso em: 14 set. 2015.

LÓPEZ YEPES, José. **Nuevos estudios de documentación**: el proceso documental en las ciencias de la comunicación social. Madrid: Instituto Nacional de la Publicidad, 1978. p. 112

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo; ALVARENGA, Lídia. Análise do padrão brasileiro de metadados de teses e dissertações segundo o modelo entidade-relacionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Brasília, 2007. **Anais...** Brasília, 2007. Disponível em: <http://cintialourenco.eci.ufmg.br/downloads/Tese_CBBD.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

MALCLÈS, Louise Noëlle. **La bibliographie**. Paris: Presses Universitaires, 1956.

MALCLÈS, Louise Noëlle. **La bibliographie**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires, 1962.

MALCLÈS, Louise Noëlle. **Manuel de bibliographie**. Paris: Presses Universitaires, 1963.

MALINCONICO, S. Michael. Technology and standars for bibliographic control. **Library Quartely**, Chicago, v. 47, n. 3, p. 308-325, 1977.

MANFRÉ, G. **Guida bibliográfica**: per gil studenti di lettere e filosofia e di magistério. Napolés: Edi-Guida, 1978. p. 14.

MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. Com um capítulo referente à propriedade literária. 3. ed. il., rev. e atual. São Paulo: Ática, 2001.

MEDINA GÓMEZ, Manuel. Ciencia, teoría, cultura y política en la filosofía antigua. **InvesCit**: investigaciones sobre ciencia y tecnologia. Espanha. 2006. Disponível em: <<http://www.c3si.org/invescit/publicaciones/Tecnicateoriacrapolitica.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catalogação e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

MEY, Eliane Serrão Alves; MENDES, Maria Tereza Reis. **CCAA2 em 58 lições**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1989.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MIJAILOV, A. I.; CHERNII, A. I.; GUILIAREVSKII, R. S. **Fundamentos de la informática**. La Habana: Academia de Ciencias de Cuba, Instituto de Documentación e Información Científica y Técnica, 1973.

MORALEZ LÓPEZ, Valentino. El desarrollo histórico del concepto bibliografía. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 14, n. 29, p. 151-166, jul./dic. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/3949/0>>. Acesso em: 14 set. 2015.

MORALEZ LÓPEZ, Valentino. **La bibliotecología y estudios de la información: análisis histórico-conceptual**. México, D.F.: El Colegio del Mexico, 2008.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **El contenido de los documentos textuales: su análisis y representación mediante el lenguaje natural**. Gijón: Trea, 2004.

MORENO, Fernanda Passini. **Em busca dos objetivos bibliográficos: um estudo sobre catálogos**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9896/1/2011_FernandaPassiniMoreno.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.

MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo. História cultural e ciência da informação. In: SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo; SILVA, Márcia Regina da; MOSTAFA, Solange Puntel (Orgs.). **Os pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: e-papers, 2012. p. 37-47.

OLIVEIRA, Rubem Mendes de. **A questão da técnica em Spengler e Heidegger**. Belo Horizonte: Argvmentvm: Tessitura, 2006.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Informática documentária: estado da arte**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-27032004-155935/pt-br.php>>. Acesso em: 14 set. 2015.

ORTEGA, Cristina Dotta. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 7-17, jan./abr. 2010a. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/481>>. Acesso em: 14 set. 2015.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3397/2523>>. Acesso em: 14 set. 2015.

ORTEGA, Cristina Dotta. Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 182-215, abr./jun. 2013. Disponível

em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1805>>. Acesso em: 14 set. 2015.

OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloging. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 11, n. 4, Oct. 1941, p. 393-411.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**. Le livre sur le livre. Théorie et pratique. Bruxelas: Mundaneum, 1934.

OTLET, Paul. **El Tratado de documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Tradução de María Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**: supplément. Paris: Chez Villier, 1804.

PENSATO, Rino. **Curso de bibliografia**: guia para la compilación y uso de repertórios bibliográficos. Espanha: Ediciones Trea, 1994.

PINTO MOLINA, María. **Análisis documental**: fundamentos y procedimientos. 2. ed. rev. y aum. Madrid: EUDEMA, 1993. p. 239.

PINTO MOLINA, María. Introducción al análisis documental y sus niveles: el análisis de contenido. **Boletín de la Anabad**, Madrid, Tomo 39, n. 2, p. 323-341. 1989.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. vol. 1.

REEVE, C. D. C. Aristóteles e as virtudes do intelecto. In: KRAUT, Richard. **Aristóteles: a ética a Nicômaco**. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 9, p. 186-203.

REYES GÓMEZ, Fermín de los. El libro moderno desde la bibliografía material y la biblioteconomía. **Ayer**, Espanha, n. 58, p. 35-56, 2005. Disponível em: <http://www.ahistcon.org/PDF/numeros/ayer58_HistoriaLectura_MartinezMartin.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

ROBINSON, Anthony Meredith Lewin. **Systematic bibliography**: a practical guide to the work of compilation. London: Clive Bingley, 1966.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **As técnicas da comunicação e da informação**. 2. ed. Lisboa: Presença Editorial, 2010.

RUIZ PÉREZ, Rafael. **El análisis documental**: bases terminológicas y estructura operativa. Granada: Universidad : Grupo de Trabajo de Información y Documentación de la Comisión Española de Cooperación con la UNESCO, 1992.

SALDANHA, Gustavo Silva. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 47-67, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42334>>. Acesso em: 14 set. 2015.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Uma filosofia da Ciência da Informação**: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://tede-dep.ibict.br/handle/tde/113>>. Acesso em: 14 set. 2015.

SANDERS, T. R. B. **Objetifs et principes de la normalisation**. Geneve: Internacional Organization for Standardization, 1972.

SEAL, Alan; BRYANT, Philip; HALL, Carolyn. **Full and short entry catalogues**: library needs and uses. Bath: Bath University Library/Centre for Catalogue Research, 1982.

SERRAI, Alfredo. Bibliografia e catalogazione: unicuique suum. In: _____. **Dai loci communes alla bibliometria**. Roma: Bulzoni, 1984. p. 177-198.

SHAMURIN, Evgenii Ivanovich. In: THE GREAT Soviet Encyclopedia. 3rd. ed. 1970-1979. Disponível em: <<http://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Shamurin%2c+Evgenii+Ivanovich>>. Acesso em: 14 set. 2015.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Martin Heidegger e a técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 369-374, 2007.

SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Análise do impacto dos requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=343>. Acesso em: 14 set. 2015.

SIMÓN DÍAZ, José. **La bibliografía**: conceptos y aplicaciones. Barcelona: Planeta, 1971.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de. O campo da Lingüística Documentária. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 203-211, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/668/648>>. Acesso em: 14 set. 2015.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Interface entre linguística, terminologia e documentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, SP, v. 3, n. 2, p. 58-74, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4363631>>. Acesso em: 14 set. 2015.

TAUCHEN, Gionara. Álvaro Vieira Pinto: referências filosóficas para a pesquisa científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 2., Santa Maria, 2006. **Anais...** Santa Maria, 2006. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/003e4.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

TOLENTINO, Vinicius de Souza. **O binômio teoria e prática no ensino de catalogação**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VERASZTO, Estéfano Vizconde et al. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Prisma.com**: revista de ciências e tecnologias da informação e comunicação do CETAC.MEDIA, Porto, n. 7, p. 60-85. 2008. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/681>>. Acesso em: 14 set. 2015.

VICKERY, E. C. Analysis of information. In: *ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science*. Nueva York: Marcel Dekker, 1969. vol. 1, p. 335.

APÊNDICE

TERMINOLOGIA DA REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DESCRITIVA			
TERMO	CONCEITO	REFERÊNCIA	TRADUÇÃO LIVRE
1. BIBLIOGRAFIA	<p>1. palavra derivada de duas palavras gregas, <i>biblion</i> (livro) e <i>graphein</i> (escrever), usada originalmente no sentido de “escrever livros”; a partir do século XVI verificou-se uma transição do significado para o de “escrever sobre livros”.</p> <p>2. Sociologia dos textos.</p> <p>3. Disciplina que estuda os textos como formas conservadas, assim como os seus processos de transmissão, da produção à recepção.</p> <p>4. Como área do conhecimento, parte da bibliologia que estuda as técnicas de identificação e descrição de documentos e a ordenação dessas descrições.</p> <p>5. Deduções lógicas que podem ser estabelecidas a partir do estudo de signos impressos, considerados como marcas arbitrárias no pergaminho ou no papel.</p> <p>6. Estudo da forma material dos livros com comparações entre as variantes das edições e cópias, como meio de determinar a história e transmissão dos textos.</p> <p>7. Arte de descrever os livros correctamente no que diz respeito à autoria, edições, forma física, etc.</p> <p>8. Preparação de listas de livros, mapas, etc.</p> <p>9. Seccção especial existente em determinados jornais, revistas e outras publicações congéneres, onde são divulgadas as obras acabadas de publicar e se procede à sua crítica.</p> <p>10. Ciência dos livros, ramo do conhecimento respeitante ao exame histórico e técnico de obras escritas, em que os livros impressos e manuscritos são analisados com a finalidade de descobrir ou verificar a sua origem e proveniência, datas,</p>	<p>BIBLIOGRAFIA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 61.</p>	

	<p>números e ordem de páginas, autoria e material de suporte.</p> <p>11. Disciplina que estuda o livro impresso enquanto objeto material, com o objetivo de traçar a história da produção e circulação do livro sob os aspectos técnico e cultural; observa, descreve e interpreta os elementos bibliográficos no período inicial da tipografia, no período da tipografia manual e no período da tipografia mecânica.</p> <p>12. Como produto, documento secundário, que apresenta uma lista de referências bibliográficas segundo uma ordem específica e contendo elementos descritivos de documentos, de modo a permitir a sua identificação, pode apresentar-se quer sob a forma de um documento autônomo, repertório bibliográfico, quer sob a forma de um documento ou de uma parte de um documento. Como parte do documento é geralmente colocada no fim, onde se consigna a lista de obras consultadas para o redigir; é em geral ordenada alfabeticamente, por autores ou por títulos das obras; pode colocar-se também no fim de cada capítulo ou de cada parte, embora seja menos frequente; pode ser dividida por assuntos ou temas e conter comentários acerca da obra ou do seu autor (bibliografia comentada).</p> <p>13. Referência bibliográfica.</p> <p>14. Secção num periódico, na qual se dá notícia e se faz a apreciação das últimas publicações da especialidade.</p>		
<p>2. BIBLIOGRAPHY</p>	<p><i>1. The study of the material form of books, with comparison of variations in issues and copies, as a means of determining the history and transmission of texts.</i></p> <p><i>2. The art of describing books correctly with respect to authorship, editions, physical form, etc.</i></p> <p><i>3. The preparation of list of books, maps, etc.</i></p> <p><i>4. A list of books, maps, etc., differing from a catalog in not being necessarily a list of materials in a collection, a library, or a group of libraries.</i></p>	<p>BIBLIOGRAPHY . In: THOMSON, Elizabeth H. (prep.) A.L.A. glossary of library terms: with a selection of terms in related fields. Chicago: ALA, 1943. p.11.</p>	<p>1. O estudo da forma material dos livros, com a comparação das variações das edições e dos exemplares e, como um meio de determinar a história e a transmissão dos textos.</p> <p>2. A arte de descrever livros corretamente no que diz respeito à autoria, edições,</p>

			<p>forma física, etc.</p> <p>3. A preparação de uma lista de livros, mapas, etc.</p> <p>4. Uma lista de livros, mapas, etc., diferindo de um catálogo por não ser necessariamente uma lista de materiais em uma coleção, uma biblioteca, ou numa rede de bibliotecas.</p>
3. BIBLIOGRAPHY	<p><i>1. a printed list of a documents containing formal descriptions of the documents.</i></p>	<p>BIBLIOGRAPHY . In: WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich (comp.). Terminology of documentation: a selection of 1200 basic terms published in English, French, German, Russian and Spanish. Paris: Unesco, 1976. p.147.</p>	<p>1. uma lista impressa de documentos que contém descrições formais dos documentos.</p>
4. BIBLIOGRAFIA ANALÍTICA	<p>1. Espécie de bibliografia que determina factos e dados relativos a uma publicação, examinando as assinaturas, reclusos, folhas reimpressas e marcas de água e fazendo um registro dos resultados; é também denominada bibliografia crítica ou histórica.</p> <p>2. Disciplina cujos dados fundamentais são aqueles que permitem reconstituir o modo de composição do texto, por exemplo indicando os hábitos gráficos e ortográficos dos diferentes compositores que trabalharam numa mesma obra ou identificando determinadas particularidades (letras danificadas, iniciais, ornamentos do seu próprio material); assenta no estudo dos documentos bibliográficos como objetos físicos: os pormenores da sua produção e os efeitos do método de elaboração sobre o texto; uma bibliografia analítica pode considerar a história de livreiros e impressores, a descrição de</p>	<p>BIBLIOGRAFIA ANALÍTICA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 61.</p>	

	<p>tipo de papel e de encadernação ou a evolução do texto, desde a fase do manuscrito até ao aparecimento a público.</p> <p>3. Repertório no qual a identificação de um documento é seguida da sua análise.</p>		
5. BIBLIOGRAFIA DESCRITIVA	<p>1. Bibliografia que assenta numa descrição pormenorizada dos documentos; dela constam elementos sobre o autor, dados exactos do título, lugar de publicação e/ou impressão, data de publicação e/ou descrição física, indicação de ilustrações, formato, encadernação, estado de conservação e quaisquer outras particularidades consideradas importantes para a descrição do documento.</p> <p>2. Publicação constituída pelo resultado do trabalho anterior. [bibliografia analítica].</p>	BIBLIOGRAFIA DESCRITIVA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro : da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 62.	
6. BIBLIOGRAFIA ENUMERATIVA	<i>ver bibliografia sistemática</i>	BIBLIOGRAFIA ENUMERATIVA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro : da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 62.	
7. BIBLIOGRAFIA SISTEMÁTICA	1. Repertório de publicação estabelecido segundo um sistema particular de classificação.	BIBLIOGRAFIA SISTEMÁTICA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro : da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 63.	
8. CATALOG	<p>1. <i>a list of books, maps, etc., arranged according to some definite plan. As distinguished from a bibliography it is a list which records, describes, and indexes the resources of a collection, a library, or a group of libraries.</i></p> <p>2. <i>In a special library it may include entries for material outside the library and for various types of material, e.g., entries for</i></p>	CATALOG. In: THOMSON, Elizabeth H. (prep.) A.L.A. glossary of library terms : with a selection of terms in related fields. Chicago: ALA, 1943. p. 24.	1. uma lista de livros, mapas, etc., ordenadas de acordo com um plano definido. Distingue-se de uma bibliografia, pois é uma lista que regista, descreve, e indexa os recursos da coleção

	<p><i>abstracts of periodical articles and pamphlets, and entries under subject for research in progress and for organizations and individuals who are authoritative sources of information on specific subjects.</i></p>		<p>de uma biblioteca, ou de uma rede de bibliotecas.</p> <p>2. Em uma biblioteca especial pode incluir entradas para o material fora da biblioteca e vários tipos de material, por exemplo, entradas para resumos de artigos de periódicos e panfletos, e entradas de assunto em pesquisa em andamento e para as organizações e indivíduos que são fontes de autoridade de informações sobre assuntos específicos.</p>
<p>9. CATÁLOGO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documento secundário que apresenta e descreve documentos reunidos permanente ou temporariamente. 2. Conjunto de notícias catalográficas dos documentos de um ou vários fundos documentais, dispostas segundo os vários tipos de cabeçalhos e suas funções e apresentadas segundo certas regras que permitem a sua recuperação. 3. Conjunto ordenado de entradas respeitantes a uma colecção ou a colecção de livros e outros documentos. 4. Lista de livros confinada às existências de uma biblioteca ou colecção particular, cujo objectivo é funcionar como uma chave de acesso para o fundo bibliográfico. 5. Memória, inventário ou lista descritiva ordenada de nomes de pessoas, objectos, documentos ou acontecimentos. 6. Em arquivística, instrumento de descrição que identifica de forma individual a totalidade ou parte dos documentos de arquivo de um fundo, núcleo ou colecção, que têm entre si uma relação tipológica, temática, cronológica ou outra: é também um 	<p>CATÁLOGO. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 106.</p>	

	instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos, ou geográficos, contendo uma breve descrição de cada série ou unidade documental. Pode ser impresso, editado em microficha, estar disponível em CD-ROM ou em outro suporte informático e ser interrogável em linha ou em diferido.		
10. CATALOGUE (brit.); CATALOG (USA)	<i>1. an ordered compilation of bibliographic descriptions and sufficient information to afford access to the documents.</i>	CATALOGUE. In: WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich (comp.). Terminology of documentation : a selection of 1200 basic terms published in English, French, German, Russian and Spanish. Paris: Unesco, 1976. p.100.	1. uma compilação ordenada de descrições bibliográficas e informações suficientes para permitir o acesso aos documentos.
11. CATALOGAÇÃO	1. Elaboração, segundo princípios normalizados, de uma notícia bibliográfica, sinal ética, analítica ou descritiva de um documento, tendo em vista a criação e actualização de catálogos. 2. Parte da biblioteconomia que trata das normas que se devem seguir na elaboração dos catálogos. 3. Secção de uma biblioteca onde se procede à seleção, classificação e catalogação dos livros com a finalidade de servir o utilizador.	CATALOGAÇÃO. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro : da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 105.	
12. CATALOGING	<i>1. the process of preparing a catalog, or entries for a catalog. In a broad sense, all the processes connected with the preparation and maintaining of a catalog, including classification and assignment of subject headings. In a narrower sense, the determining of the forms of entry and preparing the bibliographical descriptions for a catalog.</i>	CATALOGING. In: THOMSON, Elizabeth H. (prep.) A.L.A. glossary of library terms : with a selection of terms in related fields. Chicago: ALA, 1943. p. 24-25.	1. o processo de preparação de um catálogo, ou entradas para um catálogo. Em um sentido amplo, todos os processos relacionados com a preparação e manutenção de um catálogo, incluindo a classificação e atribuição de cabeçalho de assuntos. Num sentido mais restrito, a determinação das formas de

			entrada e de preparação das descrições bibliográficas para um catálogo.
13. CATALOGUING	<i>1. The process of compiling a catalogue or constructing entries for insertion into the catalogue.</i>	CATALOGUING. In: WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich (comp.). Terminology of documentation : a selection of 1200 basic terms published in English, French, German, Russian and Spanish. Paris: Unesco, 1976. p. 97.	1. O processo de compilação de um catálogo ou construção de entradas para inserção no catálogo
14. CATALOGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	1. Elaboração da bibliográfica de um documento feita tomando em consideração as normas existentes para o efeito. Catalogação documental.	CATALOGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro : da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 105.	
15. CATALOGAÇÃO DESCRITIVA	1. Operação do processamento documental, que diz respeito a identificação e descrição formal de um documento, assegurando a sua identificação precisa, bem como a definição dos pontos de acesso a essa descrição, com registro dessas informações em suporte considerado adequado, distinta da determinação do tema e da escolha da forma dos cabeçalhos de assuntos ou indexação.	CATALOGAÇÃO DESCRITIVA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro : da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 105.	
16. CATALOGING DESCRIPTIVE	<i>SEE descriptive cataloguing.</i>	CATALOGING DESCRIPTIVE. In: THOMSON, Elizabeth H. (prep.) A.L.A. glossary of library terms : with a selection of terms in related fields. Chicago: ALA, 1943. p. 25.	

17. DESCRIPTIVE CATALOGING	<i>1. that phase of the process of cataloging which concerns itself with the identification and description of books.</i>	DESCRIPTIVE CATALOGING. In: THOMSON, Elizabeth H. (prep.) A.L.A. glossary of library terms : with a selection of terms in related fields. Chicago: ALA, 1943. p. 45.	1. a fase do processo de catalogação relativa à identificação e descrição dos livros.
18. DESCRIPTIVE CATALOGUING	<i>1. The part of cataloguing that provides both descriptive data and non-subject access points.</i>	DESCRIPTIVE CATALOGUING. In: TILLET, Barbara (Ed.). Multilingual Dictionary of Cataloguing Terms and Concepts . [S.l.]: IFLA, 2012. p. 114.	A parte da catalogação que fornece os dados descritivos e pontos de acesso que não temáticos.
19. DESCRIPTIVE CATALOGUING	<i>(description) - The phase of cataloguing concerned with the bibliographic description.</i>	DESCRIPTIVE CATALOGUING. In: WERSIG, Gernot ; NEVELING, Ulrich (comp.). Terminology of documentation : a selection of 1200 basic terms published in English, French, German, Russian and Spanish. Paris: Unesco, 1976. p.101.	(descrição) - A fase da catalogação que se preocupa com a descrição bibliográfica.
20. DESCRIÇÃO	1. Enumeração dos caracteres de um documento ou de um grupo de documentos, fazendo do seu conteúdo objeto de análise ou da indexação. Relato. Narração. Relação. 2. processo intelectual de sintetizar elementos, formas e conteúdo textual de unidades de arquivo, adequando-os ao instrumento de pesquisa que se tem em vista produzir.	DESCRIÇÃO. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro : da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 180.	
21. DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA	1. conjunto de dados que identificam um documento, com a finalidade de proporcionar uma representação sua, que o descreva de um modo único não ambíguo e que possibilite a sua identificação e localização; esses dados são: título, indicação de responsabilidade, indicação de edição, local, editor, data, número de volumes e/ou páginas, ilustração, dimensão, material acompanhante, coleção, notas, número internacional normalizado, encadernação, preço, etc.	DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro : da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 180.	

<p>22. DESCRIPTION BIBLIOGRAPHIQUE</p>	<p><i>Ensemble de données bibliographiques décrivant un document, servant à son identification et pouvant être structurées en suivant les prescriptions des normes nationales ou internationales. La description bibliographique est utilisée dans l'élaboration des notices bibliographiques et catalographiques.</i></p>	<p>DESCRIPTION BIBLIOGRAPHIQUE. In: VOCABULAIRE de la documentation. Paris: Association des Professionnels de l'Information, 2004. Disponível em: <www.adbs.fr/description-bibliographique-16764.htm?RH=OUTILS_VOC#sthash.zRIKLTSb.dpuf>. Acesso em: 20 abr. 2015.</p>	<p>Conjunto de dados bibliográficos que descrevem um documento servindo à sua identificação e podendo ser estruturados de acordo com os requisitos das normas nacionais ou internacionais. A descrição bibliográfica é usada no desenvolvimento de um registro bibliográfico e da catalogação</p>
<p>23. BIBLIOGRAPHIC DESCRIPTION</p>	<p><i>A set of bibliographic data identifying a bibliographic resource.</i></p>	<p>BIBLIOGRAPHIC DESCRIPTION. In: TILLET, Barbara (Ed.). Multilingual Dictionary of Cataloguing Terms and Concepts. [S.l.]: IFLA, 2012. p. 52.</p>	<p>Um conjunto de dados bibliográficos que identificam um recurso bibliográfico.</p>
<p>24. BIBLIOGRAPHIC DESCRIPTION</p>	<p><i>1. description of a document using only bibliographical categories, as authors, title, publisher, etc.</i></p>	<p>BIBLIOGRAPHIC DESCRIPTION. In: WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich (comp.). Terminology of documentation: a selection of 1200 basic terms published in English, French, German, Russian and Spanish. Paris: Unesco, 1976. p. 97.</p>	<p>1. descrição de um documento usando somente as categorias bibliográficas, como autor(es), título, editora, etc.</p>
<p>25. DESCRIÇÃO DE UM DOCUMENTO</p>	<p>1. conjunto de descritores selecionados num tesauro (dicionário de descritores) adequado para representar as noções essenciais contidas num dado documento, tendo em vista a sua ulterior recuperação num conjunto, graças a uma pesquisa documental incidindo sobre uma ou várias dessas noções.</p>	<p>DESCRIÇÃO DE UM DOCUMENTO. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 181.</p>	

<p>26. DESCRIÇÃO FÍSICA</p>	<p>1. colação 2. parte do registro bibliográfico que se refere a composição material da obra que está a ser descrita; dela constam elementos como o número de unidades físicas que a compõem, as páginas, folhas, colunas, cadernos, ilustrações e seu tipo (no caso de se tratar de uma obra num volume), os fotogramas numa tira de película, o tempo de reprodução de registo numa fita magnética, de vídeo ou sonora, as ilustrações, dimensões do item e a indicação do material acompanhante.</p>	<p>DESCRIÇÃO FÍSICA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 181.</p>	
<p>27. TRANSCRIPTION</p>	<p><i>1. the representation of the phonemes of one language by the alphabet of another language.</i></p>	<p>TRANSCRIPTION. In: WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich (comp.). Terminology of documentation: a selection of 1200 basic terms published in English, French, German, Russian and Spanish. Paris: Unesco, 1976. p. 80.</p>	<p>1. a representação dos fonemas de uma língua pelo alfabeto de outra língua.</p>
<p>28. TRANSCRIÇÃO</p>	<p>1. Operação que consiste em representar os caracteres de uma linguagem, qualquer que a sua escrita original, pelos do sistema fonético de letras ou sinais de uma linguagem de conversão. Cópia. 2. Cópia fidedigna palavra por palavra de um documento original ou sua reprodução, incluindo as abreviaturas que podem ser desdobradas. 3. Traslado. 4. Reprodução escrita de um texto falado, incluindo por vezes discursos, entrevistas ou depoimentos. 5. Restituição de um texto antigo a uma linguagem actual. 6. Texto transcrito. 7. Colocação, numa notícia de publicação periódica ou outra, das palavras textuais de um entrevistado ou de um texto; o mesmo sucede com comunicados ou notas oficiais.</p>	<p>TRANSCRIÇÃO. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 594.</p>	

29. NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA	<p>1. Anotação completa e ordenada das partes essenciais do livro para inclusão num catálogo ou numa bibliografia; compõe-se de três elementos fundamentais: cabeçalho, constituído pela palavra de ordem que pode ser o nome do autor, o título, o assunto, etc.; o corpo da notícia, formado pelo título, subtítulo, pé de imprensa, colação, etc.; as notas complementares e o ISBN. Os dados de uma notícia bibliográfica podem ser reduzidos ao essencial ou incluir elementos informativos que a enriqueçam.</p>	<p>NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 427.</p>	
30. NOTÍCIA CATALOGRÁFICA	<p>1. Conjunto de elementos que compreende a notícia bibliográfica, a cota estabelecida de acordo com as regras adoptadas pela entidade própria, o registo das pistas de autores e assuntos e outros dados administrativos. 2. Em catalogação, nome dado ao conjunto dos seguintes elementos: cabeçalho de autor ou de anónimo, notícia bibliográfica, cota e pistas.</p>	<p>NOTÍCIA CATALOGRÁFICA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 427.</p>	
31. ANÁLISE FORMAL	<p><i>habrá que distinguir entre la Descripción Bibliográfica y la catalogación, operaciones que sin ser contrapuestas, tampoco se pueden considerar, desde un punto de vista operacional, identificables, ya que la primera se ocupa exclusivamente de la redacción del asiento bibliográfico, no recogiendo nada sobre encabezamientos, confección de fichas secundarias y su ordenación en los catálogos, así como tampoco de la ubicación del documento dentro de una colección determinada, operaciones éstas propias de la catalogación.</i></p>	<p>GLAUSÓ GARCÍA, Adelina. Análisis documental: el análisis formal. Revista General de Información y Documentación, Madrid, v. 3, n. 1, p. 11-19, 1993. p. 14.</p>	
32. REFERENCIAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	<p>[Processo de produção de referências bibliográficas em listas ou em bibliografias].</p>	<p>BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Proposta de currículo mínimo de Biblioteconomia: documento produzido pelo Grupo de Trabalho reunido no período de 24 a 28 de novembro de 1980. Brasília, 1981. p. 19.</p>	

33. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	<p>1. Conjunto de elementos bibliográficos suficientes para identificar um documento ou parte dele.</p>	<p>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA. In: FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia. [Lisboa]: Circulo de leitores, 1999. p. 519.</p>	
34. RÉFÉRENCE BIBLIOGRAPHIQUE	<p>1. <i>Ensemble des éléments de données nécessaires pour identifier un document ou une partie de document de tout type, sur tout support (livre, article, site web, etc.). Moins complète qu'une notice bibliographique ou catalographique, une référence bibliographique est utilisée dans des bibliographies, dans des notes de bas de page, pour des citations dans le corps d'un texte, etc.</i></p>	<p>RÉFÉRENCE BIBLIOGRAPHIQUE. In: VOCABULAIRE de la documentacion, Paris: Association des Professionnels de l'Information, 2004. Disponível em: <http://www.adbs.fr/reference-bibliographique-18394.htm?RH=OUTILS_VOC>. Acesso em: 09 set. 2015.</p>	<p>1. Conjunto de elementos de dados necessários para identificar um documento ou uma parte do documento ou uma parte do documento de qualquer tipo, sob todo suporte (livro, artigo, website, etc.). Menos completo que um registro bibliográfico ou catalográfico, uma referência bibliográfica é utilizada nas bibliografias, nas notas de pé de página, para as citações no corpo de um texto, etc.</p>
35. REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA	<p>1. [A expressão foi mencionada pela primeira vez no Brasil nos debates fomentados pelos cursos de Biblioteconomia, que decorreram no Currículo Mínimo de Biblioteconomia de 1982]. 2. “Teve o seu desenvolvimento atrelado à prática da catalogação e da bibliografia, sempre com a preocupação principal de identificar os elementos essenciais e complementares necessários para uma representação documental satisfatória e universal”.</p>	<p>BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Proposta de currículo mínimo de Biblioteconomia: documento produzido pelo Grupo de Trabalho reunido no período de 24 a 28 de novembro de 1980. Brasília, 1981. p. 19.</p> <p>LOURENÇO, Cíntia de Azevedo; ALVARENGA, Lídia. Análise do padrão brasileiro de metadados de teses e dissertações segundo o modelo entidade-</p>	

		relacionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Brasília, 2007. Anais... Brasília, 2007. Disponível em: < http://cintialourenco.eci.ufmg.br/downloads/Tese_CBBD.pdf >. Acesso em: 14 set. 2015.	
--	--	--	--